

SIMPÓSIO 10

VARIEDADES ESTIGMATIZADAS DE PORTUGUÊS: UMA VISÃO ECOLINGUÍSTICA E SOCIOLINGUÍSTICA

Como se trata de um evento dedicado à língua portuguesa, o objetivo deste simpósio é discutir variedades estigmatizadas dessa língua, como ela é falada no Brasil. Esse tipo de variedade é bastante comum em nosso país. Por exemplo, temos as diversas variedades de português rural, com as da periferia das grandes cidades, que são muito parecidas com elas, além da linguagem das favelas, a dos moradores de rua, a dos imigrantes, a de pequenos grupos étnicos como os ex-quilombos e comunidades indígenas que já perderam a língua étnica ancestral, entre outras. Por um lado, as contribuições devem estudar não apenas a estrutura dessas diversas variedades. Deve também relacioná-las com o contexto em que estão inseridas. Por outro lado, não deve ser apenas um estudo sociológico. Pelo contrário, deve abordar a linguagem específica dos grupos em questão, tais como o vocabulário, a morfossintaxe, os padrões interlocucionais etc., mas relacionando-os sempre com o entorno em que são usados. Por isso, solicitamos que se dê um tratamento ecolinguístico ou sociolinguístico à questão. De preferência ecolinguístico, pois é assim que poderíamos esperar uma interpretação inteiramente nova de fenômenos já conhecidos. No entanto, o tratamento sociolinguístico também é bem-vindo, uma vez que também ele encara a língua intimamente relacionada ao contexto social em que é usada, embora a ecolinguística leve em conta inclusive o contexto natural e até o mental.

COORDENAÇÃO

Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto

Universidade Federal de Goiás

elzakm@terra.com.br

Hildo Honório do Couto

Universidade de Brasília

hiho@unb.br

A ECOLOGIA DA MUDANÇA LEXICAL NO PORTUGUÊS FALADO EM TIMOR-LESTE

Davi Borges de ALBUQUERQUE¹⁵⁹ (UnB)

Resumo: O presente trabalho analisará o processo de mudança lexical ocorrido na variedade da língua portuguesa falada em Timor-Leste. A análise seguirá a teoria ecolinguística da endoecologia, que estuda aspectos estruturais da língua, relacionando-os com o ecossistema, e da crítica ao sistema linguístico, que analisa a estrutura da língua como um objeto construído e/ou influenciado pelo meio ambiente e os diversos processos ecológicos. As metodologias utilizadas foram: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo com os falantes. O objetivo principal deste trabalho é argumentar que as mudanças linguísticas ocorridas são marcas específicas da variedade do português estudada, o Português de Timor-Leste (PTL).

Palavras-chave: Língua portuguesa; Timor-Leste; ecolinguística; léxico.

1. Introdução

Os portugueses chegaram à ilha de Timor pela primeira vez no ano de 1515 por meio de uma armada enviada por Afonso de Albuquerque, sendo tal informação encontrada em diferentes fontes históricas (FIGUEIREDO, 2004, p. 113). Porém, Timor permaneceu como um interesse secundário aos objetivos comerciais portugueses, já que o colonizador europeu se instalou em diversas localidades próximas, como Solor e Flores, e, ainda, teve como base principal Malaca.

O cenário mencionado acima veio a se modificar somente no início do século XVIII, em 1702, quando uma capital foi fundada em Timor diretamente de Macau (BOXER, 1947, p. 9). Esta capital, chamada de Lifau, que corresponde ao atual enclave de Oecussi, em Timor-Leste, foi fundada como uma espécie de reação à presença holandesa na ilha, desde 1652. Porém, os portugueses não resistiram aos ataques consecutivos a suas instalações nesta nova capital, Lifau, e, em 1769, após três anos seguidos de uma rebelião incessante, abandonaram Lifau, partindo para o lado leste da ilha para fundar a nova capital, Dili, neste mesmo ano (OLIVEIRA, 1948, p. 202).

A presença efetiva de portugueses era reduzida e permaneceu relativamente estável durante os séculos seguintes (THOMAZ, 1976). Desta maneira, o número reduzido de falantes de português como L1, juntamente com o grande fluxo populacional das ilhas vizinhas colonizadas, como Sika e Larantuka, falantes de línguas locais e/ou de variedades reestruturadas da língua portuguesa foram os fatores que mais contribuíram para a formação de um crioulo português em Timor, chamado de Crioulo Português de Bidau (BAXTER, 1990), sendo Bidau um bairro da periferia de Dili, onde se acredita que esta variedade crioula teve origem.

Diante do complexo quadro descrito anteriormente, Albuquerque (2012b) tenta apontar a origem da variedade da língua portuguesa falada atualmente em Timor-Leste, conhecida somente como Português de Timor-Leste (doravante PTL), datando de 1702, período em que os falantes de português se instalaram na ilha, e tendo como *input* para sua formação as diferentes variedades de português que chegaram com os diversos falantes: as

¹⁵⁹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Brasil. E-mail: albuquerque00@hotmail.com.

variedades do Português de Flores, os crioulos portugueses de Malaca e Macau, e variedades de Português L2 de falantes asiáticos em geral.

2. Características do Português de Timor-Leste (PTL)

Os estudos sobre a língua portuguesa em Timor são escassos e seu início data do primeiro ano do século XX, com a publicação da obra *Esquisse d'une dialectologie portugaise* de José Leite de Vasconcelos, em 1901. Em seu livro, Vasconcelos (1970 [1901], p. 184) afirma não existir uma variedade crioula em Timor, havendo somente uma variedade do português que se caracterizava com a presença de vocábulos da língua franca de Timor-Leste, o Tetun Prasa.

Somente anos mais tarde, em Thomaz (1974, 1985), é que a distinção entre o PTL e o CPB foi elaborada. Baxter (1990) permanece como o único estudo exaustivo do CPB, enquanto o PTL não possui nenhum estudo dessa natureza. Em Baxter (1996), há um panorama do PTL, que foi expandido mais tarde em Albuquerque (2011a). Ainda, em Carvalho (2001, 2002/2003) há diferentes estudos do léxico PTL, assim como em Albuquerque (2011b, 2012c), já em Thomaz (2002) há uma compilação dos estudos do autor sobre o PTL, e Albuquerque (2010, 2012a) realizou um estudo prosódico do PTL e elaborou um esboço morfossintático a respeito desta variedade do português, respectivamente.

As peculiaridades do PTL, descritas pelos autores citados anteriormente, podem ser resumidas da seguinte maneira, de acordo com os níveis de análise que serão apresentados separadamente abaixo.

No nível fonético-fonológico o PTL se caracteriza por:

- As consoantes palatais sofrem variação, sendo muitas vezes realizados seus correlatos ou consoantes levemente palatalizadas. Ainda, a palatal fricativa ζ apresenta grande variação com uma série de segmentos distintos (4), o que pode ser interpretado como exposição a diferentes *inputs* no decorrer da formação do PTL:
 - (1) $\int > s, s^j$
chegar [se.ˈga.a] ~ [ˈsʲe.ga]; *chá* [sʲa]; *bicho* [ˈbi.su];
 - (2) $\lambda > \lambda, l, l^j$
velho [ˈve.lʲu] ~ [ˈbe.liɔ]; *olho* [ˈo.liu] ~ [ˈoi.lu]; *espelho* [es.ˈpe.lu] ~ [es.ˈpe.liu];
 - (3) $\eta > \eta, n, n^j$
vinho [ˈbi.niu] ~ [ˈvi.nʲu]; *rascunho* [ras.ˈku.niu] ~ [ras.ˈku.nʲu]; *bonitinho* [bo.ni.ˈti.iu] ~ [bo.ni.ˈti.nʲu];
 - (4) $\zeta > \zeta, z, d\zeta, d^j, d$
ajuda [a.ˈzu.da] ~ [a.ˈdʒu.da]; *João* [ˈzʲu.an] ~ [ˈdu.an]; *já* [zʲa] ~ [dʒa] ~ [da]; *hoje* [ˈo.ze] ~ [ˈo.dʒi].

Os seguintes traços morfossintáticos do PTL se destacam:

- Concordância de gênero e número variáveis: o PTL apresenta concordância de gênero e número variáveis dentro do SN, com a tendência de ser marcado o primeiro elemento do SN, geralmente o determinante, assim como em variedades reestruturadas do português e em variedades crioulas:
 - (5) **Muito pessoas** que não pode fala português.
 - (6) **Os cidadão português** é também vivem em timor para ajudar **os professor**.

- Redução do paradigma verbal, com a predominância do emprego do verbo na 3ª pessoa do singular e do lexema *já*, gramaticalizado, como marcador de tempo passado e aspecto perfectivo:
 - (7) Agora colega pode sai.
 - (8) Ele za sega muito sedu.

- Emprego variável da cópula, com o ambiente sintático influenciando a presença ou ausência do uso. Assim, a classe gramatical do elemento posterior à cópula é decisiva em seu emprego ou não. As classes que desfavorecem o uso da cópula são advérbio e verbo:
 - (9) Eu também (é) muito contente
 - (10) A língua português é uma língua que (é) mais importante Timor

- Mudança da ordem canônica do português padrão [determinante-determinado] para [determinado-determinante] em construções com demonstrativos:
 - (11) A língua portuguesa em Timor-Leste ligado com a CPLP para-dar informações sobre as acontecimentos e **as actividades este**.

3. A mudança lexical na ecolinguística: o caso do PTL

Seguindo a tradição de Haugen (1972), que definiu ecolinguística como o estudo das relações entre língua e meio ambiente, outros ecolinguistas acabaram por se utilizar de tal conceito e expandiram-no, não o limitando somente ao estudo de uma língua específica dentro de uma sociedade multilíngue, conforme o estudo original de Haugen. Entre esses ecolinguistas, destacam-se: Mühlhäusler (2003), Garner (2004) e Couto (2007).

Sendo o conceito de ‘meio ambiente’ um dos pilares da ecolinguística, faz-se necessário defini-lo de maneira simples e objetiva, assim ‘meio ambiente’ é entendido aqui como o lugar onde determinada espécie, ou grupo de espécies, vivem e interagem entre si. Ainda, o meio ambiente é um componente do ecossistema, que é definido como um composto de população de organismos e suas diversas interações entre si e com o respectivo habitat. Calvet (1999) chama atenção para o fato de que tudo na ecologia parte de relações: relações entre células geram organismos pluricelulares, estes, por sua vez, se organizam em colônias ou sociedades, que consideradas em sua totalidade são as populações, as várias populações são classificadas como biocomunidades que integram um biótopo, e o ecossistema consiste no conjunto de biótopos. O linguista expande estas inter-relações hierárquicas para a linguística, considerando em sua análise o ecossistema linguístico, o nicho das línguas, o meio ambiente, a regulação, a valência das espécies e a homeostase¹⁶⁰.

O ecossistema, por ser objeto de estudo da ecologia, é o ponto central dela e, por isso, optou-se por chamar de linguística ecossistêmica o tipo de ecolinguística que considera o ecossistema como ponto de partida e ponto de chegada da análise realizada, porque tudo na Ecologia emerge do ecossistema ou imerge nele (COUTO, 2012).

Outros tópicos que são fundamentais da ecologia (e da linguística ecossistêmica), além da já mencionada interação, são: a diversidade, a abertura ou porosidade, o holismo, a adaptação, o caráter dinâmico (ou a evolução) e a visão de longo prazo¹⁶¹. Desta maneira, serão apontadas as características básicas de dois conceitos fundamentais da linguística ecossistêmica que se encontram nesta análise, são eles: adaptação e evolução.

¹⁶⁰ Os princípios de regulação e homeostase estão interligados na teoria ecolinguística e explicam os processos de adaptação e evolução das línguas, que serão o foco deste trabalho.

¹⁶¹ A proposta da linguística ecossistêmica, assim como seus pontos fundamentais expostos aqui, baseou-se em Couto (2012).

A ‘adaptação’ consiste basicamente nas modificações feitas para a sobrevivência das espécies em relação a mudanças no ecossistema. Na análise a ser realizada na seção seguinte, apresentar-se-á que as mudanças linguísticas, principalmente os empréstimos, são frutos de adaptação linguística a mudanças que ocorreram no meio ambiente e, conseqüentemente, alterando também a interação entre as espécies.

A ‘evolução’ está intimamente ligada ao conceito de ‘adaptação’. Segundo a teoria linguística atual, a língua muda constantemente e, caso não tivesse esse caráter dinâmico/evolutivo, seria um instrumento incapaz de saciar as necessidades do falante, já que rapidamente, ou seja, em uma geração ou duas, ela se tornaria obsoleta. Vale lembrar que o conceito de evolução, já existente na linguística, é apenas considerado como relacionado com os demais conceitos da linguística ecossistêmica, e assume também um lugar proeminente, quando comparado com a teoria tradicional.

A seguir serão analisados três aspectos do PTL considerados como homeostase, (CALVET, 1999), ou seja, a regulação interna da espécie (aqui o que equivale à espécie é a língua) para se adaptar a mudanças ocorridas externamente no meio ambiente, buscando um equilíbrio entre o interno e externo, assim como são evidências de evolução e da adaptação da língua portuguesa ao novo ecossistema, com seus diferentes meio ambientes, a que foi exposta em Timor-Leste. Esses três aspectos do léxico do PTL são: mudanças semânticas, retenções quinhentistas e empréstimos linguísticos.

As mudanças semânticas ocorridas no léxico do PTL podem ser classificadas em grupos diferentes. De acordo com a teoria linguística, principalmente o trabalho clássico de Ullmann (1964), as mudanças semânticas mais comuns são a metáfora e metonímia. Ainda, a extensão e a restrição semânticas podem ser consideradas, em certa medida, como subtipos delas. Quando se analisa dados de diferentes povos, outros conceitos mais recentes também servem para descrever certas mudanças semânticas que afetam o léxico de uma língua. No caso do PTL, são eles: a substituição por tabu e contato de línguas.

Assim, o PTL acaba por ter vários processos de mudanças semânticas, são eles: extensão semântica: *amo*, *serviço*; restrição semântica: *colega*, *morador*; metáfora: *força*, *malandro*; metonímia: *argolinha*, *cravo*; substituição de tabu: *estilo* e influência do contato de línguas: *bazar* e *mapa*. Seguem alguns exemplos e suas respectivas análises:

1. Exemplos de mudanças semânticas:

amo ‘padre católico’ o lexema *amo* serve como base para compostos no PTL e no Tetun Prasa, como *amo-bispo* ‘bispo’ (Tetun Prasa *amu-bispu*), *amo-papa* ‘papa’ (Tetun Prasa *amu-papa*) e *amo-lulik* ‘autoridades do clero’ (Tetun Prasa *amu-lulik*);

serviço ‘profissão, trabalho, trabalhar’, por extensão semântica este lexema passou a significar qualquer atividade feita, sendo ela remunerada ou não, ofícios, entre outros;

valor ‘resultado dos exames escolares’ provavelmente uma extensão semântica do significado do lexema *valor* aplicado ao ‘valor das notas escolares’ e, assim, aos ‘resultados dos exames’;

bazar ‘mercado popular, feira’ (do persa, via malaio), restrição semântica do significado apenas à ‘feira’, já que o lexema *mercado* é que refere-se a ‘supermercados’ ou ‘estabelecimentos maiores de vendas’;

colega ‘tratamento entre amigos íntimos de mesma idade, ou de idade aproximada’, este lexema sofreu restrição semântica, já que se refere apenas a um tipo específico de amizade;

morador ‘milícia nativa, membro dessa milícia’, este lexema sofreu tanto restrição semântica, deixando de significar ‘aquele que mora’ e passando a significar apenas ‘milícia nativa’, quanto por elipse passou a se referir também aos ‘membros da milícia’;

mestre ‘professor de escola’, em oposição a *docente* ‘professor universitário’, ambos sofreram restrição semântica;

aluno(a) ‘estudante em nível escolar’, em oposição a *estudante* ‘estudante universitário’, assim como o exemplo anterior, os lexemas do campo semântico da educação formal acabaram por sofrer restrição semântica em Timor-Leste¹⁶²;

força ‘potência sexual’, a ‘força física’ acaba, por metáfora, a significar a ‘força ou desempenho sexual’;

malandro ‘indivíduo mulherengo’, o atributo ‘malandragem’ por metáfora é usado para se referir ao ‘homem que possui ou corteja muitas mulheres’;

topaz ‘mestiço, ou timorense assimilado a cultura portuguesa’, do português padrão *topázio* ‘pedra preciosa de cor amarronzada’, por metáfora passou a se referir a ‘mestiços’ ou ‘qualquer pessoa de pele marrom mais clara’ quando comparada ao nativo leste-timorense, de pele marrom escuro;

argolinha ‘tipo de brinco em forma de argola’, por metonímia *argola* devido a semelhança da forma passou a designar ‘brinco’, diferencia-se do *cravo* exatamente pelo formato;

cravo ‘brinco pequeno’ por metonímia o lexema *cravo* refere-se aos ‘pregos’ ou ‘ferrolhos’, utilizados em objetos grandes, assim como a um ‘pequeno brinco’ que tem um formato semelhante;

estilo ‘cerimônia tradicional de sacrifício de animais’;

mapa ‘mapa, pasta’, em PTL *mapa* significa também ‘pasta’ por influência do lexema *bahasa indonesia map* ‘pasta’;

irmão [‘ma.un] ‘forma de tratamento para irmão ou amigo mais velho’, o mesmo acontece com *irmã* [‘ma.na] como forma de tratamento para se referir as mulheres. Em ambas as formas é evidente: a redução fonética da sílaba inicial de *irmão/irmã* > *maun/mana* e a desnasalização da sílaba final;

condutor ‘motorista de carro’, neste lexema ocorre restrição semântica, enquanto o lexema *motorista* ‘motorista somente de moto’ pode ser analisado por analogia de *motor*, *motorizada* ‘moto’ > *motorista* ‘aquele que conduz a motorizada’ por extensão semântica.

O PTL mantém várias formas do léxico do português quinhentista, principalmente nas variedades faladas em zonas rurais isoladas e no enclave de Oecussi, conforme foi atestado por Carvalho (2001). Ainda, segundo Carvalho (2002/2003), na elaboração de um *corpus* do português falado no distrito de Lautém, zona rural relativamente isolada no extremo leste da ilha, e em Oecussi (um enclave em território indonésio, do lado oeste da ilha), a autora verificou uma alta ocorrência dessas formas lexicais quinhentistas.

Essas formas do léxico do PTL também foram atestadas no português falado em áreas vizinhas próximas a ilha de Timor, principalmente na ilha de Flores. Basicamente, consistem em lexemas do português falado no século XVI, quando os colonizadores chegaram à região. No PE atual estes lexemas não são mais usados, ou sofreram mudanças semânticas distintas não compartilhadas no PTL. Seguem alguns exemplos dessas formas do PTL com seus respectivos significados e alguns comentários:

2. Exemplos de retenções do léxico quinhentista:

carreta: ‘carro’ usado também com o significado de ‘arado’ e ‘qualquer tipo de aparelho puxado por tração’ seja ela animal ou mecânica;

formosura: ‘beleza’, contrastando com a palavra *belo*, que em PTL é empregado como antropônimo masculino, e *bonito(a)* que faz referência a beleza de alguém, porém com conotação sexual e/ou desrespeitosa;

¹⁶² Essas mudanças semânticas refletem aspectos da sociedade leste-timorense, que apresenta resquícios de antigos sistemas nativos de nobreza. Assim, devem ser enfatizadas e diferenciadas as funções sociais de alunos e professores da escola e da universidade. Essa necessidade reflete-se de diversas maneiras, incluindo as línguas faladas em Timor-Leste.

tranqueira: ‘casa com cerca fortificada, ou somente a cerca’, ainda nome de um bairro português de Malaca (*Trankeira*);
regatear: ‘pechinchar’;
gentio: ‘timorense não praticante do catolicismo’, referindo-se à população rural que mantém práticas rituais pagãs, ou à pequena parcela da população que pratica o budismo;
saugate ‘dar’, esse lexema também foi atestado por Carvalho (2002/2003) no PM na forma *saguete*;
açafate ‘cesto arredondado e baixo’, aparentemente algumas variedades do português apresentam esse lexema com mesmo significado;
tabaqueira ‘recipiente artesanal para guardar cigarros’ do PE *tabaco* ‘cigarro’;
chumaço ‘almofada, travesseiro’;
tacho ‘tipo de frigideira chinesa’;
cravo ‘brinco pequeno’ por metonímia *cravo* ‘tipo de prego usado para fixar objetos grandes’.

A língua Tetun é a língua com mais falantes na República Democrática de Timor-Leste. Devido a sua posição prestigiada na sociedade leste-timorense, além de língua franca é a língua oficial do país junto com o português, o Tetun Prasa aparentemente é a única língua nativa de Timor-Leste que influenciou o português lá falado. Os elementos tetunófonos no PTL são de itens culturais leste-timorenses e de alternância de língua/código, entre o PTL e o Tetun Prasa.

3. Elementos culturais tetunófonos em PTL:

tais ‘pano tradicional, ou vestimenta feita com este pano’, o *tais* em forma de faixa para ser usada em volta do pescoço é um símbolo nacional e ofertado em cerimônias como presente a uma pessoa homenageada;
liurai ‘rei, régulo, chefe’;
suco ‘divisão nativa de pequenos territórios, vila’;
tua ‘vinho de palmeira’, o vinho de palmeira de origem nativa possui dois tipos: *tua-sabun* ‘vinho de palmeira incolor com alta concentração de álcool’ e *tua-mutin* ‘vinho de palmeira de cor branca (similar ao leite) com baixa concentração alcoólica’;
alin ‘forma de tratamento para se referir a pessoas mais novas’ em Tetun Prasa *alin* é o termo de parentesco para ‘irmão mais novo’;
dató ‘nobre, ou qualquer pessoa de classe social prestigiada’;
bua ‘substância para mascar feita de cal e noz de areca, enrolada na folha de betel (*Piper betle*)’.

4. Lexemas tetunófonos usados nas situações familiares:

feto ‘mulher’;
nonoi ‘garota, menina’;
osan ‘dinheiro’;
kota ‘bairro’.

Assim, as ‘situações familiares’ consistem em situações informais, quando o falante leste-timorense, pertencente aos grupos sociais mencionados anteriormente (zona rural e não escolarizada), usa o PTL e ao desconhecer ou esquecer alguma palavra do português se utiliza do Tetun Prasa para preencher tal lacuna na fala. Nos dados coletados foi possível verificar que o uso desses lexemas tetunófonos está limitado à fala e apresentou uma frequência alta no vocabulário básico da língua portuguesa, que parecia ter sido esquecido pelos falantes.

4. Considerações finais

No presente trabalho, procurou-se mostrar que as mudanças linguísticas, especificamente mudanças léxico-semânticas, tratam-se de fenômenos de adaptação da língua ao ecossistema em que ela está inserida, sendo que em casos que as adaptações são mantidas acabam por se transformar em traços de evolução. Ainda, as adaptações e a evolução da língua em um ecossistema específico nada mais são do que o fenômeno de homeostase, que consiste no equilíbrio entre as funções internas (da espécie) e aspectos externos (meio ambiente e ecossistema).

O estudo de caso elaborado aqui abordou a língua portuguesa transplantada para a ilha de Timor, que acabou por se adaptar aos diferentes meio ambientes a que foi exposta, com a finalidade de garantir a sobrevivência. Essas adaptações e evolução, que são as mudanças linguísticas, levaram apenas a alterações específicas e superficiais na língua, fazendo com que o português falado em Timor-Leste seja considerado uma variedade da língua, neste caso, chamada aqui de Português de Timor-Leste, ou PTL.

Referências bibliográficas:

ALBUQUERQUE, Davi B. Peculiaridades prosódicas do português falado em Timor Leste. *ReVEL*, v.8, n. 15. p. 270-285, 2010.

_____. O Português de Timor Leste: contribuição para o estudo de uma variedade emergente. *Papia*, v. 21, n. 1, p. 65-82, 2011a.

_____. O elemento luso-timorense no português falado em Timor Leste. *ReVEL*, v.9, n. 17, p. 226-243, 2011b.

_____. Esboço morfossintático do português de Timor-Leste. *Moderna Sprak*, v.106, n. 1, p. 1-10, 2012a.

_____. *Alguns traços de Crioulos Portugueses Asiáticos no Português de Timor-Leste*. Comunicação apresentada ao VII Encontro da ABECS/ XIII Encontro da ACBLPE. São Paulo: USP, 2012b.

_____. Especificidades do léxico do Português de Timor-Leste. *Papia*, v.22 n.1, p. 201-223, 2012c.

BAXTER, Alan. Notes on the Creole Portuguese of Bidau, Timor. *Journal of Pidgin and Creole Languages*, v.5, n. 1, p. 1-38, 1990.

_____. Portuguese and Creole Portuguese in the Pacific and Western Pacific rim. In: WURM, Stephen A. et al. (ed.). *Atlas of Languages of Intercultural Communication in the Pacific, Asia, and the Americas*. Vol. 2. Berlin: Mouton de Gruyter, 1996. P. 299-338.

BOXER, Charles R. *The Topasses of Timor*. Amsterdam: Indisch Instituut, 1947.

CARVALHO, Maria José. Timor Lorosa'e, características das línguas crioulas e do português conservado na zona – contribuição para a língua oficial. *Studies of Language and Cultures of East Timor* v. 4, p. 20-36, 2001.

_____. Aspectos lexicais do português usado em Timor Leste. *Studies of Language and Cultures of East Timor*, v.5, p. 25-40, 2002/2003.

CALVET, Jean-Louis. *Pour une écologie des langues du monde*. Paris: Plon, 1999.

COUTO, Hildo H. *Ecolinguística. Estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.

_____. *Linguística ecossistêmica*. 2012a. Disponível em: <http://meioambienteelinguagem.blogspot.com.br/2012/06/linguistica-ecossistemica.html>. Acesso em: 26 Jun. 2012.

FIGUEIREDO, Fernando A. *Timor. A presença portuguesa (1769-1945)*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2004

GARNER, Mark. *Language: An Ecological View*. Bern: Peter Lang, 2004.

HAUGEN, Einar. *The Ecology of language*. Stanford: Stanford University Press, 1972.

MAKKAI, Adam. *Ecolinguistics. ¿Toward a New **Paradigm** for the Science of Language?* Londres: Pinter Publishers Ltd., 1993.

MÜHLHÄUSLER, Peter. *Language of environment, environment of language: a course in ecolinguistics*. Londres: Battlebridge, 2003.

OLIVEIRA, Luna de. *Timor na história de Portugal*. vol. 1. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1948.

THOMAZ, Luis Filipe. Timor: notas histórico-linguísticas. *Portugaliae Historica* v. 2, p. 167-300, 1974.

_____. O afluxo ao meio urbano no Timor Português. *Revista da Faculdade de Letras*, Universidade de Lisboa, v.4, n. 1, p. 495-553, 1976..

_____. A língua portuguesa em Timor. In *Actas do Congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo*, vol. 1. Lisboa: Instituto de cultura e língua portuguesa, 1985. p. 313-319.

_____. *Babel Loro Sa'e: o problema linguístico de Timor Leste*. Lisboa: Instituto Camões, 2002.

VASCONCELOS, José L. *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1970 [1901].

A NOÇÃO DE ERRO NA PERSPECTIVA DA GRAMÁTICA NORMATIVA, DA SOCIOLINGUÍSTICA E DA ECOLINGUÍSTICA

Gilberto Paulino de ARAÚJO (UNB)¹⁶³
Inai de Souza da SILVA (Faculdade LS)¹⁶⁴

Resumo: O presente estudo discute a posição assumida por duas vertentes da Linguística (*sociolinguística* e *ecolinguística*) e da *gramática normativa* a respeito da noção de erro. Aborda questões relativas ao preconceito linguístico e a ideologia que envolve tal tema, e como tais perspectivas veem o falante que faz uso de variedades diferentes das que são estabelecidas pela *norma padrão*. Destaca a competência do falante no uso de sua língua materna, que é adquirida antes mesmo de um estudo formal e sistemático. Ressalta, ainda, como o uso de uma variedade *não-padrão* pode levar o falante a ser nivelado, estigmatizado e excluído socialmente.

Palavras-chave: Gramática Normativa. Sociolinguística. Ecolinguística. Preconceito Linguístico. Noção de erro.

1. Introdução

O objetivo do trabalho é discutir sobre a visão preconizada pela *gramática normativa*, pela *sociolinguística* e pela *ecolinguística* a respeito da *noção de erro*. O interesse pelo tema surgiu da necessidade de rever conceitos que consideram a fala daqueles que não reproduzem fielmente o que é prescrito pelas gramáticas como “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente” (BAGNO, 2001, p. 60).

Ressalta-se que tal estudo não pretende condenar, desqualificar e/ou desconsiderar o valor que possuem as gramáticas normativas, contudo, alertar para a necessária reflexão acerca das ideias daqueles que a defendem como sendo a própria Língua Portuguesa.

Desse modo, quando se fizer aqui referência à *gramática normativa*, não se estará discutindo o seu uso pedagógico, mas ideológico, e o emprego feito por aqueles que compreendem que ela é um instrumento de discriminação social e de “dominação dos iletrados por parte dos letrados” (BAGNO, 2001, p.72).

A respeito da organização do trabalho, primeiramente, temos um rápido percurso pela visão de língua da sociolinguística e da ecolinguística, destacando a contribuição dessas vertentes da linguística para a melhor compreensão a respeito do funcionamento das línguas e seus posicionamentos contrários ao denominado *preconceito linguístico*. Em seguida, são apresentadas as considerações a respeito da *noção de erro* de acordo com as vertentes abordadas: a da gramática normativa, da sociolinguística e da ecolinguística. E por fim, as considerações finais seguidas das referências bibliográficas.

2. A visão de língua na perspectiva da sociolinguística

A Linguística, ciência que tem como objeto de estudo a linguagem humana, preocupa-se, de forma geral, com o funcionamento das línguas, sem considerar que uma língua se

¹⁶³ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília. Distrito Federal, Brasil. E-mail: gilberto@equipetrlhar.com.br.

¹⁶⁴ Acadêmica da Faculdade LS (Graduada em Licenciatura em Letras Português). Taguatinga - Distrito Federal, Brasil. E-mail: inai.souza@hotmail.com.

sobrepõe a outra, ou mesmo assumir uma postura prescritiva diante de seu uso. Não é objetivo do trabalho descrever ou detalhar as várias correntes da linguística moderna, por isso destacamos o "funcionamento das línguas" como algo que, em suma, revela o ponto central dos diferentes tipos de estudos realizados no âmbito dessa área do conhecimento.

Em sua metodologia, a Linguística considera que:

todas as línguas e todas as variedades de uma mesma língua são igualmente apropriadas ao estudo, uma vez que interessa ao linguista a construção de uma teoria geral sobre a linguagem humana. Cabe ao pesquisador descrever com objetividade o modo como as pessoas realmente usam a língua, falando ou escrevendo, sem atribuir às formas lingüísticas qualquer julgamento de valor, como certo ou errado. Isso significa dizer que a lingüística é não prescritiva (MARTELOTTA, 2008, p. 21).

Tendo surgido como ramificação dos estudos linguísticos, a sociolinguística, que estuda a relação entre *língua* e *sociedade* e os fatores extralinguísticos que a influenciam, é a grande responsável pelo avanço na percepção de língua como fato social. É pertinente lembrar que no modelo estruturalista (alicerçado em Saussure) não havia preocupação com os fatos extralinguísticos, isto é, as descrições e análises linguísticas eram somente a partir de suas relações internas, sendo abandonados os fatores externos, pois o que deveria ser enfatizado era a língua em si.

Não estamos falando de regras estabelecidas por um grupo de estudiosos em um determinado momento da história. (...) O que regula o funcionamento das unidades que compõem o sistema linguístico são normas que internalizamos muito cedo e que começam a se manifestar na fase de aquisição da linguagem. (...) Em resumo, a abordagem estruturalista entende que a língua é forma (estrutura), e não substância (a matéria a partir da qual ela se manifesta) (COSTA, 2008, p. 115).

Já o modelo estruturalista de Bloomfield, baseado na concepção behaviorista de Skinner, estabeleceu a língua como sendo um processo automático no qual a linguagem se desenvolvia por meio de estímulos e respostas. A visão de Skinner reforçava a noção de que a língua estava em um patamar onde sua aquisição se daria pela aprendizagem de "hábitos de comportamento verbal mediante observações, memorizações indutivas, associações etc." (ONO, 2007, p. 36).

Percebe-se o caráter mecanicista de tal abordagem, onde a língua era adquirida por meio de reforços, tornando-se um hábito, algo condicionado. Nessas perspectivas, ficam excluídas as relações entre língua e sociedade, língua e cultura, língua e distribuição geográfica, língua e literatura ou qualquer outra relação que não seja absolutamente relacionada com a organização interna dos elementos que constituem o sistema linguístico.

Segundo Calvet (2002), foi Meillet quem definiu a língua como fato social, ao propor uma teoria em que tanto a sincronia quanto a diacronia permanecessem unidas, trabalhando os fatos linguísticos para que isso implicasse ao mesmo tempo a convergência de uma abordagem interna e de uma abordagem externa dos fatos da língua.

Vê-se que, para Meillet, a língua deixa de ser vista como um sistema formal, condicionado pelo meio ou inato ao ser humano, passando a ser evidenciado o seu cunho social. E é também com ele que se começa a perceber mais aguçadamente a relação que há entre língua e sociedade, pois "ele não deixa de desejar que se leve em conta o caráter social da língua" (CALVET, 2002, p. 17). Mais tarde, essas teorias de Meillet foram retomadas e ampliadas por William Labov.

Segundo Martelotta (2008), o fato de o estruturalismo e o gerativismo não terem abarcado questões como a variação, é que fez surgir o termo “sociolinguística”, como resultado da insatisfação dos estudiosos diante dos modelos existentes, que eram alheios à língua em seu âmbito real e de uso cotidiano. Com isso, houve a aparição do vocábulo pela primeira vez em 1950, se desenvolvendo, entretanto, a partir de 1960 com os estudos de William Labov, Gumperz e Dell Hymes e a com a conferência *The Dimensions of Sociolinguistics*, de Wiliam Bright, publicada em 1966.

A partir de 1970, constitui-se uma virada no cenário linguístico mundial. Diversos estudos foram publicados e a sociolinguística adquire maior importância, o que indica o início de uma mudança, em que a luta por uma concepção social da língua está em vias de se concretizar.

[...] um princípio segundo o qual não é possível distinguir entre uma linguística geral que estudaria as línguas e uma sociolinguística que levaria em conta o aspecto social dessas línguas, em outros termos, a *sociolinguística é a linguística* (CALVET, 2002, p. 14, grifo do autor).

A sociolinguística estuda as variações da língua, levando em conta o tempo, o momento social e a cultura, isto é, esta considera não somente a estrutura linguística, mas seu uso efetivo. A língua, de acordo com os pressupostos sociolinguísticos, passa a dar importância aos fatores extralinguísticos, uma vez que essa ciência “estuda a língua em seu uso real, levando em consideração as relações entre a estrutura linguística e os aspectos sociais e culturais da produção linguística” (CEZARIO; VOTRE, 2008, p. 141).

Por sua vez, a sociolinguística se interessa pelas mudanças das línguas, se preocupa, mais especificamente, com os fatores que motivam a variação linguística. A partir desse momento, passa-se a valorizar o falante como ser hábil e competente no processo comunicativo, além de ressaltar suas características individuais e experiências adquiridas ao longo do contato com o meio social.

Labov (2007) pondera que o objeto de estudo da sociolinguística, principalmente os que se referem à variação linguística, deve ser a língua que é utilizada como meio de comunicação cotidiana. Além disso, suas pesquisas estavam voltadas para a compreensão tanto dos fenômenos extralinguísticos quanto da estrutura linguística em si, como ele afirma em uma entrevista à *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*:

[...] eu sempre tentei abordar as grandes questões da Linguística, como determinar a estrutura da linguagem – suas formas e organização subjacentes – e conhecer o mecanismo e as causas da mudança linguística. Os estudos da linguagem usada no dia-a-dia provaram ser bastante úteis para alcançar esses objetivos (LABOV, 2007, p. 02).

Nesse contexto, percebe-se que a partir do surgimento da sociolinguística e graças às pesquisas efetuadas por Labov e outros estudiosos, a linguagem cotidiana passou a ser valorizada, sendo empregada, inclusive, como base para análise de dados e para que houvesse a percepção de como e por que ocorria a mudança linguística.

Assim, a língua transforma-se efetivamente em um fato social, estabelecendo entre ela e o falante um vínculo estreito e tornando-a um rico campo para descobertas científicas até então inexistentes, e revelando conceitos não levantados até o momento, como a noção de variação, variedade, variável, variante, e vernáculo.¹⁶⁵

¹⁶⁵ Detalhamento sobre esses conceitos podem ser vistos em: (1) BAGNO, Marcos. Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística. – São Paulo: Parábola Editorial, 2007. (2) COELHO, Paula Maria

3. A visão de língua na perspectiva da Ecolinguística

A partir dos anos 1970, além dos aspectos sociais, passam a ser incorporados aos estudos linguísticos questões relativas ao contexto ecológico do qual fazem parte as línguas, área da linguística que passou a ser conhecida como *ecolinguística*. O linguista Einar Haugen é considerado o fundador da ecolinguística por ter sido o primeiro a fazer o uso da expressão “ecologia da língua”. No entanto, a noção de meio ambiente na língua tem sua raiz em Sapir, que fez referência ao termo *ambiente* em 1911.¹⁶⁶

Dentre as principais abordagens da ecolinguística, destacam-se: (a) os estudos das inter-relações entre as línguas ao nível da consciência individual e ao nível social em comunidades bilíngues e multilíngues – *ecologia das línguas*; (b) as pesquisas pautadas no caráter de interdependência entre a diversidade das línguas e a diversidade cultural e biológica – *ecolinguística e etnociências*; (c) as pesquisas de análise dos discursos políticos-ideológicos relacionados às questões do ambientalismo – *ecolinguística crítica*; (d) e os estudos que consideram a língua como um sistema constituído por uma ecologia interna que se integra a um ecossistema (ecologia externa) por meio de inter-relações funcionais – *linguística ecossistêmica*.

A expressão *linguística ecossistêmica*¹⁶⁷ é utilizada por Couto (2012) pelo fato deste compreender que os conceitos da ecologia utilizados pela ecolinguística não devem ser tomados de forma apenas metafórica, mas sim como elementos integrantes de sua epistemologia. Para o autor, o conceito central da ecologia biológica é o de ecossistema, e no caso das línguas, esse conceito é perfeitamente aplicável, tendo em vista que a língua faz parte de um ecossistema, que é sua *exoecologia*, mas contém ecossistemas em seu interior, sua *endoecologia*. Por isso, a ecolinguística pode ser vista como a ciência que estuda os ecossistemas linguísticos.

Conforme tal abordagem, a base dos estudos ecolinguísticos encontra-se nas inter-relações estabelecidas pelos membros de uma comunidade, na convivência destes indivíduos ao longo do tempo, e no ambiente do qual fazem parte. Assim, a expressão *linguística ecossistêmica* é decorrente da concepção de que a língua integra uma complexa teia de relações, ou um imenso ecossistema constituído por três esferas – território, população e língua – inter-relacionadas.

Assim como a sociolinguística, a ecolinguística leva em consideração os aspectos extralinguísticos, preocupando-se não somente com a estrutura interna de funcionamento das línguas. Contudo, para essa última corrente, a linguística deve buscar compreender a natureza e o funcionamento das línguas por meio do estudo significativo das interações humanas, caracterizadas pela diversidade, variação, e o todo complexo.

Além disso, para a ecolinguística, a diversidade das línguas e a diversidade biológica são interdependentes, tendo em vista que a linguagem está significativamente envolvida com as percepções humanas do ambiente físico e social. Essa percepção é culturalmente construída

Cobucci Ribeiro. O tratamento da variação linguística no livro didático de português. – 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, 2007.

¹⁶⁶ "Language and Environment." Conferência feita na Associação Antropológica Americana, em 28 de dezembro de 1911 e publicada em *American Anthropologist*, nova série 14 (1912), 226-242.

¹⁶⁷ De acordo com Couto (2012), seguindo o que sugeriu Peter Finke (depois seguido por Trampe), Strohner usa a expressão 'linguística ecossistêmica' (ökosystemische Sprachwissenschaft) já no título de seu ensaio. Na seção "Metodologia" de seu ensaio, ele usa a expressão 'linguística ecossistêmica' (ökosystemische Linguistik) quatro vezes. No Brasil, Couto foi o primeiro linguista a fazer uso da expressão “linguística ecossistêmica”, presente em seu artigo “Linguística Ecossistêmica” disponível em: < <http://meioambienteelinguagem.blogspot.com.br/2012/06/linguistica-ecossistemica.html>>.

e está intrinsecamente relacionada com a linguagem, visto que por meio desta são externadas as ações, ideologias e, até mesmo, a própria ciência.

Mühlhäusler (2010), apresenta três argumentos a favor da necessidade de uma visão ecolinguística da língua: (a) argumento moral - o direito de cada ser humano falar a sua língua como um marcador de sua identidade, de ser educado nela e de mantê-la se assim o desejar; (b) argumento científico - línguas diferentes contêm diferentes saberes e conhecimentos de diversas pessoas. Isso pode ser um precioso recurso no processo de soluções para os problemas das sociedades atuais; (c) argumento econômico - a diversidade linguística pode ser capaz de desenhar uma multiplicidade de experiências as quais promoveriam novas possibilidades de gestão a um custo mais baixo.

Nesse sentido, o ponto central da ecolinguística encontra-se nas inter-relações entre os falantes, isto é, a língua é vista como a própria comunicação. Esta concepção de linguagem leva em consideração a complexidade natural das línguas na qual se integram os fenômenos sociais e culturais, os fenômenos ecológicos e a dimensão mental, cognitiva dos indivíduos, não podendo a língua existir isolada de seus falantes (povo) e ambientes ou ecossistemas (território) os quais estes integram.

4. Noção de erro: as três perspectivas

De maneira sucinta, podemos afirmar que a noção de erro preconizada pela gramática normativa reflete aquilo que os linguistas têm denominado como *preconceito linguístico*. O preconceito, por si só, já caracteriza uma opinião pré-formada, sem que haja comprovação empírica ou conhecimentos suficientes a respeito do assunto ou acontecimento. Cabe esclarecer, portanto, o que é preconceito linguístico.

O preconceito linguístico se nutre da crença de que só existe [...] uma única língua digna deste nome e que é a norma ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas normativas e catalogadas nos dicionários. Qualquer manifestação linguística que se escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada pelo preconceito linguístico, “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente” (BAGNO, 2001, p. 60).

Outro aspecto que é ressaltado por este autor é que o preconceito linguístico vem acompanhado de uma série de mitos, que são propagados pela maior parte da sociedade, leigos ou não. Entre eles, o mais prejudicial é o mito da homogeneidade linguística brasileira, em que se acredita que no país todos falam uma mesma língua, sem a presença de dialetos. Então, passa-se a ensinar na escola apenas a língua considerada padrão, como se ela fosse, de fato, a língua comum aos mais de 190 milhões de brasileiros.

Ao ser imposta tal língua como verdade absoluta, são menosprezadas as variações geográficas, socioeconômicas, culturais, etárias, escolares, entre outras, ou seja, os fatores extralinguísticos que influenciam na maneira de falar de cada indivíduo e que fazem com que o português brasileiro apresente um alto grau de diversidade e variabilidade.

Dessa forma, sendo as línguas variáveis e apresentando uma grande diversidade, até mesmo pelo fato de a população brasileira ser heterogênea em sua identidade cultural e em sua formação étnica, é contraditório afirmar, como sugere o mito da homogeneidade linguística, que todos os falantes do português se comuniquem de uma mesma forma.

As línguas são constitutivamente heterogêneas, pois através delas temos de dar conta das muitas situações sociais em que nos envolvemos, em nosso dia a dia. Elas são também inevitavelmente voltadas para a mudança, pois os grupos humanos são dinâmicos, e as línguas que eles falam precisam adaptar-se às novas situações históricas (CASTILHO, 2010, p. 197).

Com a valorização do mito da unidade linguística, tem-se outro fenômeno: o desprestígio de qualquer variedade que não seja o português padrão ensinado nas escolas e registrado nas gramáticas e dicionários. A gramática, nesse instante, é tida como a própria língua e os falantes dessas variedades *não-formais*, por sua vez, são estigmatizados, ridicularizados por não utilizarem a língua “cultura”, correta, o ideal linguístico apreciado por muitos.

A partir da visão de que gramática e língua são a mesma coisa, surge a noção de que só se fala bem se houver amplo domínio das regras gramaticais. No entanto, há que se lembrar que as gramáticas surgiram como representação da linguagem usada pelos escritores clássicos, de modo a descrever e fixar como regras e padrões as manifestações linguísticas usadas espontaneamente por estes.

A noção de que se deve falar de acordo com o que prega a gramática normativa é divulgada na mídia, nas gramáticas, e até por muitos professores da língua. De acordo com essa visão, a fala deve adequar-se à escrita, acomodar-se em seus moldes para que, dessa maneira, aprenda-se a língua padrão. Esquece-se de que a fala é algo natural aos seres humanos, isto é, desenvolvida, salvo exceções, por meio do contato social com outros falantes ainda na infância.

A fala (enquanto manifestação da prática oral) é adquirida naturalmente em contextos informais do dia a dia e nas relações sociais e dialógicas que se instauram desde o momento em que a mãe dá seu primeiro sorriso ao bebê. Mais do que a decorrência de uma disposição biogenética, o aprendizado e o uso de uma língua natural é uma forma de inserção cultural e de socialização (MARCUSCHI, 2007, p. 18).

Baseados na ideologia do preconceito linguístico e em outro mito, aquele que diz que a única língua legítima refere-se às normas prescritas na gramática, proferem afirmações como as registradas na revista *Veja*, em uma reportagem assinada pelo jornalista João Gabriel de Lima:

Pasquale, no entanto, não é uma unanimidade. Esteja em São Paulo, Macapá, Passo Fundo, inevitavelmente ouve críticas. Elas ecoam o pensamento de uma **certa corrente relativista**, que acha que os gramáticos preocupados com as regras da norma culta prestam um desserviço à língua. De acordo com essa tendência, o certo e o errado em português não são conceitos absolutos. Quem aponta **incorrecções na fala popular** estaria, na verdade, solapando a inventividade e a autoestima das classes menos abastadas. Isso configuraria uma postura elitista. Trata-se de um raciocínio torto, baseado num **esquerdismo de meia pataca**, que **idealiza tudo o que é popular – inclusive a ignorância**, como se ela fosse atributo e, não problema, do “povo” [...] Que percam oportunidades de emprego por **falar errado** (LIMA, 2001, p. 112, grifo nosso).

Nota-se, em uma só declaração, a ideologia dominante do preconceito linguístico: a preocupação excessiva em difundir a *norma culta*, que deve ser seguida e criteriosamente respeitada, e os que não obedecem às prescrições (seja por não terem contato com a variedade de prestígio ou por qualquer motivo) são tidos como ignorantes, e o português falado por eles deve ser corrigido.

O próprio termo *norma culta* empregado no texto sugere que os seus falantes, assim como a língua por eles utilizada, também sejam cultos, já que o jornalista atribuiu as “*incorrecções*” à fala popular, e somente nessa camada, como se a elite não cometesse as ditas

"*incorrecções*", como se apenas a população de classes menos abastadas fossem responsáveis por propagar a ignorância que, segundo ele, é "problema do povo".

Percebe-se também que o jornalista mantém a noção de certo e errado extremamente arraigada em seu discurso, considerando que os gramáticos preocupados com o padrão idealizado pela sociedade são capazes de corrigir ou extirpar esse falar errado.

A reportagem, que foi capa da edição 1725, de 07/11/2001 da revista *Veja*, traz uma série de preconceitos embutidos. O título da capa explicita o que será visto na matéria, a intenção da revista em fazer com que os brasileiros aprendam a falar e escrever *bem*, como se as duas coisas pertencessem ao mesmo âmbito, isto é, como se a fala devesse ser regida pela mesma norma que rege a escrita.

Vejamos outro exemplo, como o que é dito por Cegalla (1994) em sua *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*:

A Gramática, segundo a conceituamos, não é nem deve ser um fim, senão um meio posto a nosso alcance para **disciplinar a linguagem e atingir a forma ideal da expressão oral** e escrita. Temerário seria quem pusesse em dúvida a utilidade do estudo da disciplina gramatical. Maldizer da Gramática seria tão desarrazoado quanto malsinar os compêndios de boas maneiras só porque preceituam as normas da polidez que **todo civilizado deve acatar**. (CEGALLA, 1994, p. 14, grifo nosso).

De acordo com Cegalla (1994), a gramática seria um meio para que os falantes alcançassem o padrão idealizado pela sociedade. Além do mais, associa gramática a valores estéticos, quando estabelece uma analogia entre esta e um compêndio de boas maneiras, e às normas que devem ser acatadas para que o falante aprenda a ter bons hábitos ou a falar corretamente, como se pode abstrair do trecho acima.

O que se admite como belo ou feio é um padrão de referência distante da realidade linguística dos falantes, que não enxergam a aplicabilidade das regras preconizadas pela gramática normativa, e são menosprezados por isso. No ciclo vicioso do preconceito linguístico, o mito de que a gramática é um instrumento que habilita o indivíduo a falar bem é perceptível no meio social, uma opinião formulada em muitos compêndios gramaticais, em revistas de veiculação nacional, e na mídia, de um modo geral.

É oportuno observar que, diferentemente do que às vezes se pensa, a noção de erro (ou agramaticalidade no sentido técnico) também existe em linguística. Se uma construção não está conforme às regras intuitivas ou naturais de um determinado sistema linguístico, a construção não faz parte da língua em questão e, neste sentido, é considerada errada. Mas esta noção de erro se aplica a qualquer língua e a qualquer variedade de uma mesma língua, seja uma variedade COM ou SEM prestígio (SCHERRE, 2005).

A autora ainda ressalta que sobre a atuação dos falantes na oralidade, estes se desempenham melhor nas circunstâncias em que usam as variedades linguísticas de forma espontânea, sem que haja pressão social, sem monitoramento, momentos em que realmente demonstram sua fluência ao falar.

Assim, o conceito de *erro*, do ponto de vista sociológico e antropológico, se baseia numa avaliação negativa que nada tem de linguística: é uma avaliação estritamente baseada no valor social atribuído ao falante, em seu poder aquisitivo, em seu grau de escolarização, em sua renda mensal, em sua origem geográfica, nos postos de comando que lhe são permitidos ou proibidos e outros critérios e preconceitos estritamente socioeconômicos e culturais (BAGNO, 2003).

Já a ecolinguística valoriza a diversidade no seio da sociedade, indo de encontro à visão tradicional de que existe um "bom português" e que as demais formas de falar seriam formas "alteradas", algo que se coloca frontalmente contra a visão ecológica de mundo. A

esse respeito, Couto (2007), salienta que o princípio da ecologia que subjaz a toda a argumentação é o da diversidade, por isso não ser preconceituoso é precisamente aceitar a diferença, isto é, a diversidade em todas as suas manifestações.¹⁶⁸

5. Considerações Finais

O português brasileiro apresenta um alto grau de diversidade linguística, dito de outro modo, com base na heterogeneidade da língua portuguesa falada no Brasil, compreende-se a variação como um elemento natural, que pode ocorrer de acordo com diversos fatores extralinguísticos, como o grau de escolaridade, a posição geográfica, o sexo, o *status* socioeconômico, entre outros, os quais influenciam de forma significativa o modo de falar de cada indivíduo.

Reconhecer essa heterogeneidade e variabilidade é o primeiro passo para que se desfaça o mito da unidade e homogeneidade linguística, que considera tudo o que diverge dos padrões estabelecidos pela gramática normativa como erro.

Por fim, como ressalta Scherre (2005), para que esse reconhecimento seja efetivo, é imprescindível uma transformação social em todas as camadas, conscientizando os indivíduos de que os falares diferentes não corrompem o português brasileiro e que os falantes que utilizam as variantes *não-padrão* não são ignorantes, ao contrário, utilizam a língua com propriedade e competência.

Referências Bibliográficas

BAGNO, Marcos. *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. – São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social*. – 2. ed. – São Paulo: Loyola, 2001.

CALVET, Louis Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. (trad. Marcos Marcionilo). – São Paulo: Parábola, 2002.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. – São Paulo: Contexto, 2010.

CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima Gramática da língua portuguesa*. – 37. ed. melhorada e ampliada – São Paulo: Editora Nacional, 1994.

CEZARIO, Maria Maura; VOTRE, Sebastião. Sociolinguística. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). *Manual de Linguística* – 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008. p. 141-155.

COSTA, Marcos Antonio. Estruturalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). *Manual de Linguística* – 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008. p. 113-126.

¹⁶⁸ No capítulo VI. 3 do livro "Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente", Couto (2007) apresenta uma discussão sobre Linguagem Preconceituosa, na qual destaca outras manifestações que vão além da noção tradicional de "preconceito linguístico". O autor nos mostra que grande parte dos preconceitos tem sido designada por uma palavra terminada em *-ismo*, como é o caso do antropocentrismo, etnocentrismo, androcentrismo, racismo, sexismo, crescentismo, o classicismo e o aulicismo.

COUTO, Hildo Honório do. *Ecolinguística: estudos das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Tessaurus, 2007.

_____. *Linguística Ecolinguística*. Artigo editado em 25 de junho de 2012. Disponível em: <<http://meioambienteelinguagem.blogspot.com.br/2012/06/linguistica-ecossistemica.html>>. Acesso em 08 de julho de 2012.

LABOV, William. Sociolinguística: uma entrevista com William Labov. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. Vol. 5, n. 9, agosto de 2007. Tradução de Gabriel de Ávila Othero. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br]. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/site2007/_pdf/9/entrevistas/revel_9_entrevista_labov.pdf>. Acesso em: 13 out. 2010, às 20:22:32.

LIMA, João Gabriel de. Falar e escrever, eis a questão. *Veja*, ano 34 – nº 44, ed. 1725, nov. 2001, p. 104-112. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 25 out. 2010, às 10:49:04.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. – 8. ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. Conceitos de gramática. In: *Manual de linguística* / Mário Eduardo Martelotta, (org.). – 1. ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2008. p. 43-70.

MÜHLHÄUSLER, Peter. *Ecolinguistics in the University: Perspective of Linguistic Diversity*. Adelaide: Sangensha Publishers 2010.

ONO, Fabrício Tetsuya Parreira. *Representações sociais de uma professora de língua inglesa em um contexto público sul-mato-grossense*. – São José do Rio Preto: [s.n.], 2007. Disponível em: <http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/brp/33004153069P5/2007/ono_ftp_me_sjrp.pdf>. Acesso em: 13 out. 2010, 20:22:36.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

CONTO REGIONALISTA E CAUSO GOIANO: LITERATURA E DIVERSIDADE LINGUÍSTICA

Elza Kioko Nakayama Nenoki do COUTO (UFG)¹⁶⁹

Zilda DOURADO-PINHEIRO (UFG)¹⁷⁰

Eu não vivo em um espaço geográfico.

Eu vivo em um espaço linguístico.

Millôr Fernandes

Fantasiar-se de caipira é feio. É caipirice.

O caipirismo é outra coisa.

Está na alma, tem a fundura das raízes.

Hamilton Carneiro

Resumo: O principal objetivo deste artigo é fazer uma breve análise sobre a produção e recepção de causos em Goiânia, partindo da perspectiva da Ecocrítica, que estuda a representação da natureza em textos literários. Desse modo, considerando que o causo é uma narrativa oral típica da região rural, que valoriza a relação homem e natureza, este trabalho apresenta a hipótese de que esse tipo de narrativa está se perdendo no folclore goiano por três fatores: (i) a diminuição na prática social de se ouvir e narrar causos; (ii) o contato intralinguístico entre as variedades rural e urbana, promovendo a desvalorização desse gênero; (iii) pelo gênero conto regionalista ter suplantando o gênero causo, uma vez que traz a mesma temática, mas com uma escrita adequada à norma gramatical e à perspectiva urbana. Para desenvolver a análise desses tópicos, lançou-se mão da Ecocrítica em diálogo com os estudos da linguística sobre gêneros discursivos e variação linguística.

Palavras-chave: ecocrítica, causo, conto regionalista, gêneros discursivos

Todo indivíduo que se considera verdadeiramente goiano, aquele do pé rachado, gosta de ouvir um causo. Esse tipo de narrativa oral tem presença garantida nas reuniões de famílias que moram no meio rural. Durante os encontros, elas se sentam ao redor de um contador de causos e se divertem com histórias sobre o falar goiano, os costumes regionais e as peripécias do homem rural. A importância do contador de causos já foi tão grande que ele possuía destaque tanto no meio social quanto no artístico.

Atualmente, a presença de outros tipos de lazer, como redes sociais, jogos eletrônicos, etc., faz com que esse costume só persista enquanto forma de resistência, que cultua a fala goiana e o modo de vida dos habitantes do bioma Cerrado. Um forte exemplo dessa manifestação é o programa de televisão Frutos da Terra, da TV Anhanguera¹.

O apresentador desse programa, Hamilton Carneiro, há mais de 30 anos se dedica a compartilhar conhecimento sobre a culinária, a música, a paisagem e as manifestações religiosas típicas de Goiás. Nas décadas de 80 e 90, ele ganhou um público cativo ao colocar em seu programa sessões de causos com o contador Geraldinho Nogueira, natural de Bela Vista de Goiás². Também tinha presença garantida a dupla Milton Pinto e Tom Carvalho, que chegou a ganhar destaque nacional contando causos, piadas e fazendo esquetes cênicos com a temática rural. Para finalizar, o programa também colocava no ar contadores de histórias formados

¹⁶⁹ E-mail: zildadourado18@gmail.com

¹⁷⁰ E-mail: elzakm@terra.com.br

pelas universidades, que tentavam resgatar a prática de ouvir e narrar causos.

Apesar dessas manifestações, é notório o fato de que o causo está se perdendo enquanto parte integrante da cultura goiana. Se o trabalho dos artistas mencionados³ se constitui como uma forma resistência, ele também demanda uma transformação do gênero causo, impedindo que ele desapareça. A hipótese desse estudo é a de que este gênero está em transformação devido à predominância das práticas urbanas e letradas, que retiram a criatividade e a oralidade desse tipo de narrativa, ao mesmo tempo também que a subjagam pelo fato de que há no causo a valorização da natureza, do modo de vida rural e da figura sertaneja. Nesse sentido, mobiliza-se os estudos de ecocrítica que possibilitam a compreensão da significação da natureza na fala e na temática desse gênero em Goiânia.

1. Ecocrítica: a ecologia das narrativas literárias

De acordo com Couto (2012), a ecocrítica estuda, a partir de um ponto de vista “terrocêntrico”, o modo como o meio ambiente físico constitui a narratividade de um texto literário. Dessa maneira, valoriza a natureza e a interrelação que a mesma estabelece com o ser humano e a linguagem. A ecocrítica constitui-se enquanto linha de pesquisa da Ecolinguística, uma epistemologia emergente que se pauta pelo estudo dos ecossistemas linguísticos, ou seja, as relações que a língua estabelece com os meios ambientes que a constituem. Há, nessa integração, uma perspectiva holística dos estudos linguísticos, de modo a valorizar os aspectos sociais, interacionais e mentais da linguagem.

Essa visão holística é comprovada pelo conceito de Ecossistema Fundamental da Língua (EFL). De acordo com Couto (2007), a língua não existe apenas pelo número de falantes que a enunciam, mas também pelo território que os constitui mutuamente. Essa formação é interligada e caracteriza por um ecossistema - tal como postula a ecologia, ou seja, a interrelação entre os seres vivos de um determinado ambiente natural -, a partir do qual podemos visualizar o meio ambiente natural (espaço físico), o meio ambiente social (a organização dos falantes como sociedade) e o meio ambiente mental (a aquisição e articulação do conhecimento linguístico), o que garante a vida de uma determinada língua e a identidade de seus falantes.

A partir dessa perspectiva holística, é possível constatar que a ecocrítica destaca a importância que o meio ambiente natural tem na constituição de textos literários e orais, ou seja, no uso da língua para a produção artística dos falantes de uma determinada língua.

A ecocrítica tem por objetivo estudar a narratividade das várias faces da literatura, sejam romances, poesias, crônicas, contos nos quais se destaquem temas de envolvimento/desenvolvimento do autor ou de personagens com vivências e imaginário, que otimizem a interação do homem com o meio ambiente e a natureza. (COUTO, 2012, p.54).

Para analisar essa interação entre homem e natureza nos textos literários e orais, a ecocrítica postula perguntas de pesquisa que norteiam a metodologia de análise a partir do léxico apresentado no texto. Partindo dessas questões (Couto, 2012), este trabalho pretende se ancorar no seguinte tópico: “Como e até que ponto o próprio letramento afetou a relação da humanidade com o mundo natural?” (Couto, 2012, p.55). Aplicada ao contexto da análise proposta, essa pergunta poderia ser reformulada da seguinte forma: “Como e até que ponto o letramento e as práticas sociais urbanas de interação linguística afetaram o gênero causo em Goiás?”. Dessa maneira, a ecocrítica, a partir da relação que estabelece entre literatura e natureza, permite compreender a interação falante e ambiente natural no texto literário.

O causo não é considerado literatura cânone, mas é uma narrativa oral muito característica das regiões sertanejas do Brasil, principalmente de Goiás. E, levando-se em

conta que o letramento é a aquisição da norma padrão da língua portuguesa, realizada por meio da leitura e da produção de textos, o causo muitas vezes é discriminado por se compor pela variedade linguística oral e rural do português brasileiro.

Dessa discriminação, resulta uma mudança ou, até mesmo, uma readaptação desse gênero, para que sua sobrevivência no EFL dos falantes de Goiás seja garantida. Assim, temos a transposição do causo para a norma padrão, respeitando a manutenção de sua temática rural, com o intuito de que essas narrativas não se percam, constituindo, dessa maneira, uma resistência do causo, que sobrevive a partir do trabalho de grandes folcloristas e contadores de histórias. No entanto, como diz o ditado “nem tudo que reluz é ouro”. Nessa transposição há uma perda muito grande da variedade goiana do português, do conhecimento do bioma cerrado e, principalmente, a manutenção de um preconceito linguístico em relação aos grupos sociais rurais.

2. A extinção do gênero causo

Para dialogar com a ecocrítica, recorreremos às considerações que Marchuschi (2002) fez sobre os gêneros textuais, logo, discursivos. Trata-se de uma contribuição importante para se compreender as perdas da narrativa causo no contexto goianiense. Considerando que a comunicação humana se dá por meio de textos e que estes se constituem e se modificam de acordo com a configuração social, o estudo dos gêneros esclarece de que modo esses textos são repetidos e atualizados nas mais diversas situações interativas.

O causo pode ser entendido como um gênero discursivo porque possui algumas características fixas, que são atualizadas em cada situação interativa em que se dá a sua enunciação. Como afirma Oliveira (2006), a temática do gênero causo sempre envolve as práticas sociais e os valores culturais e ideológicos do ambiente rural, sertanejo e caipira. Há uma predominância da linguagem coloquial, metafórica, na fala do contador, que expressa toda a sua vivência enquanto agente social do meio rural e que alia o trabalho ao lazer em seu ofício de narrar. Essa descrição também dialoga com Marcuschi (2002), que considera os gêneros discursivos como práticas sócio-discursivas, pois estes apresentam função social, cognitiva e enunciativa de um grupo social, que podem ser reconhecidas em seus textos. Isso é evidente no texto causo, enquanto prática que revela, através da linguagem, a identidade do goiano, uma vez que comunica a sua cultura e natureza.

Marcuschi (2002) também afirma que os gêneros discursivos são dinâmicos na variação oral e escrita da língua e, por isso, modificam-se conforme a forma e função comunicativa na manifestação textual. Essa maleabilidade acontece pelo modo como os falantes utilizam as tecnologias de produção e recepção de texto, demarcando, assim, a repetição e atualização de gênero, como as mídias tradicionais (rádio e televisão) e a internet, que propiciam a atualização de gêneros discursivos como a carta, artigo de opinião, diário, etc. Em relação às narrativas orais, não poderia ser diferente. O uso dessas tecnologias e a primazia da norma padrão contribuíram para uma mudança no modo como as narrativas são produzidas, lidas e compartilhadas.

Um exemplo disso está na escola, em que livros didáticos de língua portuguesa trazem exercícios de transposição dessas narrativas orais para a escrita, mudando a variação linguística da regional, que as originou, para a norma padrão como exercício para a alfabetização e letramento. Segundo Souza (2003), a alfabetização é a aprendizagem da tecnologia de ler e escrever textos e o letramento é o desenvolvimento dessa tecnologia nas situações interativas vivenciadas pelo indivíduo. Desse modo, considera-se letrada aquela pessoa que tem habilidade em ler, interpretar e produzir uma diversidade significativa de gêneros discursivos em diferentes contextos sociais. No entanto, não precisamos alargar a discussão sobre o modo como o desenvolvimento do letramento na escola é precário e,

principalmente, preconceituoso no que se refere às narrativas orais.

Esse posicionamento, já constatado (e muito criticado!) por professores de português engajados nos estudos linguísticos, permite inferir que há uma mudança do gênero causo em três aspectos constituintes de sua forma textual e da identidade goiana. O primeiro constituinte é a diminuição da prática social que o baliza, isto é, a sessão de causos, e o número cada vez mais escasso de contadores. O segundo constituinte é o falar goiano, suplantado pela norma padrão na modalidade escrita. E o terceiro constituinte é a urabanização do léxico que se refere à natureza sertaneja - isso é o que se percebe na constituição de outro gênero, o “conto regionalista”, que mostra uma visão mais urbana do ambiente físico. São esses fatores que fazem com que o causo, assim como muitos outros elementos da natureza, esteja entrando em extinção.

2.1. A expulsão dos contadores de causo de seu espaço físico

Quando uma área verde é desmatada, o primeiro impacto se dá nos seres vivos que habitam aquele espaço. Alguns morrem; outros, mais autônomos, migram para diferentes espaços em busca de novos meios de sobrevivência e, para se adaptar em um novo habitat, alguns seres abandonam certos modos de vida e costumes. O mesmo aconteceu e acontece com os contadores de causos. Uma vez que o meio rural teve seu espaço ocupado pela industrialização, criou-se a necessidade de esses indivíduos migrarem para as regiões urbanas, que possuem um padrão de vida totalmente diferenciado. Para se adaptarem, tiveram que abrir mão de determinados costumes e crenças que lhes eram tão caros, uma vez que constituíam a sua identidade. Esse é o caso da sessão de causos.

Ao contrário dos outros gêneros literários, como conto, crônicas, novelas, etc., o causo caracteriza-se pela oralidade e expressão cênica do contador em interação com os seus ouvintes. Como destaca Oliveira (2006), há um momento específico para a contação de causos, em que contador e ouvinte compartilham valores, saberes, risos, medos e amores do ambiente rural.

A contação de causos ocorre, muitas vezes, simultaneamente à prática profissional ou próxima de sua atividade, evidenciando falta de separação rígida entre trabalho e lazer, ou entre atividades profissionais e sociais. O causo pressupõe sempre relação intergrupar, pois, além da situação face a face, os participantes da contação partilham repertórios sustentados pela tradição, o que facilita a compreensão e exige do contador e do auditório apenas a voz e a presença física. Portanto, o fulcro motivador da narrativa é a re-criação no uso da linguagem e temáticas comuns, transmitidas em situações de encontro amistoso, evidenciando os elos culturais que ligam o grupo (OLIVEIRA, 2006, p. 128).

Isso evidencia o que Marchuschi chama de “suporte” de um gênero, isto é, o espaço ou o mecanismo que permite com que um texto seja produzido, repetido e atualizado socialmente. O causo tem como suporte as sessões de contação, os encontros amistosos e as festas religiosas características da zona rural. Assim, a escassez desses eventos, ou seja, a diminuição na eficácia do suporte, faz com que o gênero perca a força e a vitalidade; os seus propagadores, os contadores de causo, além de perderem espaço para a narração, não conseguem mais formar novos seguidores. A razão para que o suporte do causo esteja entrando em decadência é o intenso êxodo rural, prática muito ativa no interior do estado de Goiás a partir da transferência da capital de Vila Boa para Goiânia, na década de 1930.

Couto (2007) destaca que a mudança de território faz com que o grupo social emigrante perca parte de sua língua, seja em relação ao léxico ou à sintaxe, ao entrar em contato com variedade linguística utilizada no novo território. Esse processo é denominado de contato entre línguas ou variantes linguísticas. Esse é o caso do gênero causo, que com o intenso êxodo rural foi sendo suplantado pela variante normativa e a visão urbana e

racionalista de mundo. Em decorrência disso, infere-se que a queda no suporte do gênero causo é influenciada pelo contato entre as variantes linguísticas rural e urbana.

Do mesmo modo que a ecologia classifica as relações ecológicas entre classes e espécies de animais, há uma classificação análoga em relação ao contato de línguas, isto é, as situações de contato entre línguas decorrentes da imigração de um grupo social para um determinado espaço. Couto (2009) postula que as situações de contato de línguas dependem não só da língua falada pelas populações, mas também pelo modo como interagem no território - a quantidade de falantes das línguas em contato; o tempo e a intensidade da interação; o poder econômico das duas comunidades linguísticas; se há, por parte de uma delas, uma resistência cultural para manter a sua língua; se as duas línguas são muito semelhantes ou não em sua sintaxe e léxico. Esses fatores determinam o contato extralinguístico, no sentido de povos e territórios diferentes, e intralinguístico, que é o contato entre variantes da língua de uma mesma população em seu espaço físico, como acontece no gênero causo.

Esse contato intralinguístico é fortemente determinado pelo poder de uma classe sobre outra, como afirma Couto (2009). “Assim, o povo que conseguir impor seu „dialeto“ como língua tê-lo-á assim considerado” (2009: p.57). É exatamente isso o que faz que o causo perca o seu suporte. Os falantes urbanos, ao adotarem um estilo de vida mais proletário, obedecendo à ditadura do relógio e à ânsia de pertencerem a uma metrópole, ridicularizam o hábito, a figura e, principalmente, a fala do contador do causo. Esse contato entre a variedade do interior com a da capital é o gerador do conflito do preconceito linguístico que, se fosse considerado um gênero discursivo, a partir da concepção de Marcuschi (2002), teria a escola como maior suporte.

2.2 O contador de causo e a escola: adaptação e resistência

Anteriormente foi utilizado um termo a esmo, o preconceito linguístico, como consequência do contato entre a variedade urbana e rural na cidade grande. Bagno (2009) afirma que essa atitude discriminatória em relação à linguagem é muito antiga, provém e continua sendo propagada pela “confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa” (2009, p. 19). A concepção de que existe um jeito certo e outro errado de usar a língua, possibilita a propagação de ideologias (chamadas por ele de “mitos”) que, na perspectiva deste estudo, contribuíram para o descrédito do gênero causo.

Há uma ideologia de que “as pessoas sem instrução falam tudo errado” (Bagno, 2009, p.56) e isso atinge em cheio o contador de causo em sua essência. Oliveira (2006) destaca, entre os participantes de sua pesquisa, alguns contadores que frequentaram pouco a escola e, por isso, são semianalfabetos, mas que tinham a fala bem articulada em sua variedade e uma forte expressão cênica e oral na contação de suas histórias. Isso mostra o fato de que não é a escola que determina o uso da língua pelo falante e nem a sua faculdade de narrar histórias. O que acontece é que se criou em torno da figura do sertanejo uma aura de ridicularização. Trata-se do “Jeca”, o que impele muitas pessoas a largar o modo de vida rural e aderir ao modo de vida capitalista.

Na escola, soma-se a esses dois fatores o ensino da modalidade escrita da língua, proveniente de uma cultura dominante, letrada e burguesa que guia a análise para outra ideologia apontada por Bagno (2009), a de que “o certo é falar assim porque se escreve assim”. Ao ensinar o alfabeto e a escrita, a escola sempre privilegia a variante dominante, fazendo com que o estudante discrimine quem fala “conzinha” ao invés de “cozinha”, “mortandela” ao invés de “mortadela” e outras expressões como “in“vinha” (estava vindo), etc. Toda essa diferença é acentuada no causo, como é possível constatar no trecho extraído de *A namoradina*, de Geraldinho Nogueira:

(...) Óia, é uma festa (folia de reis) que se ocê acumpanhá uma, num perde mais nunca. E desses mininu cantá essa fulia aí rapaz, eu lembrei de um passado meu, mas eu vô principiá o trem do começo ah,ah, ah. Uai rapaz, no tempo deu muleque, novo, tão, tinha um vizinho lá que criô uma minina bonitinha e aquilo moço nós era vizim anssim pertim e... todo dia nós tava encontranu...e... aí rapaz eu garrei a engabelá ela e ela deu de incliná pra minha banda tamém...e aí sôh aquela amizade foi armentanu, foi crescenu e aí nós deu de fica mêi lerdo uns com uzôtro... (...). (Trova, prosa e viola, Hamilton Carneiro, 2004).

O trecho mostra a variedade caipira e a identidade do homem rural, evidenciadas pela sintaxe e pelo léxico utilizado na narrativa. É notório que a norma padrão não constitui essa história e, por isso, considera essa fala como o uso errado da língua. Como afirma Bagno (2009), do mesmo jeito que existe a discriminação entre classes sociais também há entre a fala dessas classes. A gramática normativa é a instituição que legitima esse segundo tipo de preconceito, o preconceito linguístico.

Ancorando-se na tradição da gramática normativa para o ensino de língua portuguesa, a escola relegou o causo à categoria da fala errada ou da narrativa que o aluno precisa transcrever do “jeito certo”, induzindo-o à rejeitá-la como uma identidade linguística. Por isso que o causo só aparece na escola na forma de conto literário, o que possibilita que apenas a sua temática seja lida.

O livro *Meu tio avô e o diabo*, de Bariani Ortêncio (2007), apresenta toda a temática e característica do gênero, isto é, a linguagem metafórica, as relações sociais do meio rural, suas crenças e tradições, mas o faz segundo o português da gramática normativa. O extratexto apresenta a obra dizendo que são contos que contam casos, de onde podemos inferir que, pelo contexto social da obra e de seu autor e pela estrutura desses contos, esses “casos” são causos, como é possível constatar no trecho a seguir, de *O velho e os urubus*.

De primeiro, nem sabia quantos, mas depois foi reparando, se interessando, pegou na opinião. Agora, eram doze, os urubus. E passou a conta-los todos os dias. E não se retirava enquanto eles não chegassem. Passatempo, distração de velho solitário. (...) O velho, assentado no banco do alpendrão, ficava olhando, divisando-os assim que surgissem as pintas negras no sol entrante. Ali sentado, trocando as posições no banco duro, procurando jeito, as hemorróidas ardendo, atentando, contava os seus urubus. Esperava até que chegasse o último, quando se retirava (ORTÊNCIO, 2007, p.09).

O trecho evidencia a influência da oralidade na prosódia da narrativa e a linguagem metafórica, ambas características pertencentes ao causo. As expressões “De primeiro”, “pegou na opinião”, “assentado”, “alpendrão” e “entrante” são evidências da fala rural, típica dos contadores de causos, assim como a inversão na ordem da oração “Agora, eram doze, os urubus”, que dá ritmo ao pensamento e indica a rememoração do narrador. E a natureza está bem evidente: as pessoas, na roça, têm o hábito de acordar antes de sol nascer; também têm o costume de observar a natureza. Nesse sentido, a vida delas é orientada pela dinâmica do espaço físico em relação aos outros seres vivos. A norma gramatical se faz presente e atende a uma demanda escolar, mas apresenta, implicitamente, todas as características que fazem dessa narrativa um causo “corrigido” pela gramática.

É importante destacar que em toda transposição da variedade oral para a escrita há uma perda na linguagem. O que se questiona é a qual ideologia essa mudança atende. O preconceito linguístico aparece quando tais narrativas são desconsideradas por sua variedade linguística, entretanto, o trecho acima mostra que ainda assim existe uma resistência. Os vocábulos estão todos na norma padrão, mas o sentido que apresentam e a prosódia que

constituem são da variante rural. Isso evidencia a consciência do autor quanto à necessidade de preservar uma narrativa oral, ao mesmo tempo em que revela preconceitos. Não é à toa que o extratexto aponta “contos que contam casos”, uma negação mascarada para garantir a manutenção de um gênero.

Essa negação também dialoga com o surgimento de outro gênero, muito próximo ao causo, o conto regionalista. Muitos escritores goianos se consagraram na produção de histórias que mostram a vida do sertanejo em uma linguagem considerada pelos críticos como culta, tais como Carmo Bernardes, Hugo de Carvalho Ramos e Bernardo Élis. Esse novo gênero é mais aceito porque, além da linguagem gramatical normativa, a narrativa é contada pela perspectiva do urbano e não do rural.

De acordo com Santini (2011), a literatura regionalista no Brasil foi teorizada e classificada por Antônio Cândido, que a definiu como o movimento que almejou um equilíbrio entre homem e paisagem na busca por uma nacionalidade brasileira. Aqui é possível constatar a descrição do ambiente rural, do homem sertanejo e de seus costumes pela perspectiva do homem culto da cidade, que via nesse meio ambiente social e natural a representação do atraso e do subdesenvolvimento, isto é, o conto se situa em uma região rural, atrasada e inferior ao desenvolvimento urbano.

Essa visão de mundo também aparece em Goiás, como retrata o conto *Nhola dos anjos e a cheia do Corumbá*, de Bernardo Élis, em que a fala do narrador se desenvolve toda na norma padrão e as falas das personagens na variante linguística rural. O conto narra uma enchente em que as personagens afogam-se na água rasa porque estavam desesperadas. Há uma descrição detalhada do ambiente natural, da casa, da paisagem, mostrando a extrema dependência do ser humano em relação à natureza. No entanto, o ponto de vista dessa ambientação é urbana, com o intuito de mostrar personagens rurais dementes, animalizados, e o espaço natural como sendo o lugar do caos, da tragédia.

Santini (2011) também destaca que esse gênero apresenta uma leitura sociológica do ambiente rural, uma vez que mostra as condições sociais e de trabalho nesse meio, mas desconsidera a interrelação com a natureza. Por isso, esse gênero é dito como culto e mais lido na escola, inclusive sendo indicado em provas de vestibular, já que corresponde a uma ideologia dominante antropocêntrica, uma vez que legitima a exploração da natureza e de camadas sociais que têm sua vida totalmente interligada a esse meio ambiente natural (COUTO, 2009).

Essa visão dialoga com a proposta da gramática normativa de estabelecer uma regra de fala e escrita, já que o personagem rural animalizado é o falante da variante rural. O narrador e o escritor são dotados da norma gramatical e, por isso, podem enunciar e normatizar a temática do bioma cerrado. Enquanto o causo ressalta a vegetação, crença, costumes, organização social no espaço, o conto regionalista ressalta a tragédia natural e a visão animalizada do homem rural, a norma culta e a vida urbana.

Essa contraposição também se estende para o contador de causo e para os escritores considerados cultos. Como mostrado anteriormente, o contador de causo também utiliza a escrita para se adaptar à cultura letrada, mas resiste ao evidenciar o lugar e a posição de onde enuncia a sua relação com a natureza. O escritor regionalista, intencionalmente ou não, reforça o preconceito linguístico provocado pelo contato intralinguístico entre as variedades rural e urbano. Além disso, coloca em sua leitura sociológica a visão antropocêntrica do mundo, como se a natureza fosse dependente do homem, considerado atrasado por estar interligada a ela. Atende assim a uma visão racionalista de mundo que concorda com os preceitos da gramática normativa e da formação escolar.

3. O contador de causos e o escritor: reconstruindo um solo fértil

Como apontado anteriormente, o causo apresenta o que a ecocrítica denomina de visão terrocêntrica, ou seja, a natureza como o princípio ativo da existência humana e de interligação com o grupo social e a língua. Por isso, o seu suporte é a oralidade, o modo de vida e a cultura rural. O conto regionalista se diferencia porque mostra a visão antropocêntrica ao narrar a organização rural como atrasada, subdesenvolvida e o sertanejo como uma figura preguiçosa e doente. O contraponto dessas visões está implícito nos fatores apresentados para responder a pergunta que norteia artigo: “Como e até que ponto o letramento e as práticas sociais urbanas de interação linguística afetaram o gênero causo em Goiás?”.

O letramento é o desenvolvimento da leitura e escrita de diversos gêneros textuais de acordo os contextos sociais das situações comunicativas em que são utilizados. Como foi apontado anteriormente, há na escola o predomínio da tradição normativa de estudo da língua portuguesa, o que faz com que a aprendizagem dos gêneros obedeça às regras de certo ou errado quanto ao uso da língua. Devido a esse fator, os gêneros que primam pela oralidade, originalidade, cultura e criatividade do falante, como o causo, são discriminados na escola.

Por mais que os PCNs orientem o ensino de língua portuguesa para o letramento e a valorização da variação linguística no Brasil, ainda persistem ideologias que discriminam a fala rural e todas as suas produções culturais. Ao priorizar uma visão normativa e urbana do uso da língua, o reconhecimento da natureza como parte fundamental e constitutiva da linguagem humana é desvalorizado, como foi apontado na leitura do gênero conto regionalista. O letramento, dessa forma, atende apenas à ideologia capitalista e racionalista de interação linguística, prejudicando, assim, a prática de narrar causos, tão característica de Goiás.

É essa prática social, presente nas festas religiosas, encontro amistoso entre familiares, etc., que é o suporte do gênero causo. O êxodo rural, a partir da década de 1930, fez com que os hábitos urbanos suplantassem essa prática, esse suporte, levando esse gênero a perder sua força. Hoje, existem contadores de histórias que tentam manter essa tradição, mas como provêm de uma cultura urbana e letrada, perdem a espontaneidade e a criatividade, bem como o conhecimento da roça, tão característicos dos contadores de causos. Ainda assim, é graças a esse esforço que o causo se mantém vivo, pois como aponta a narrativa de Bariani Ortêncio, a temática e a prosódia permanecem implícitos na escrita gramatical do causo.

Essa resistência e permanência do gênero causo, em Goiás, atende a um dos princípios da ecolinguística, que é o da diversidade linguística. Tal como um ecossistema tem a sua riqueza e organização garantidas pela diversidade de espécies em interligação em um espaço físico, a língua será mais rica quanto mais variedades tiver. Sempre haverá elementos diferenciadores em seu uso, que se referem não só à criatividade e posição social do falante, mas também ao modo como ele interage com o seu meio ambiente natural. Os causos, assim como outras narrativas orais, tais como lendas, mitos, cordéis, ajudam a manter a diversidade linguística de um território, uma vez que apresentam expressões oriundas do modo como o falante constrói sua vida em relação com a vegetação, a alimentação, o espaço e o grupo que o cerca.

Ainda falando em diversidade linguística, essa conscientização do uso da língua nos permite conceber formas mais assertivas de letramento na escola. O aluno pode sim ler contos regionalistas de autores consagrados, reconhecendo nesses textos o que é mais valorizado, ou seja, a sua linguagem. Mas também podem conhecer e se reconhecer nos causos que, além de divertidos e lúdicos, trazem uma vivência mais livre e criativa da linguagem. Um diálogo mais igualitário e criativo entre esses dois gêneros pode contribuir para que a cultura goiana avance sem copiar modelos ditos “cosmopolitas”, autoritários na normatização de como se deve fazer arte, literatura, ciência e ensino de língua portuguesa na escola.

Referências Bibliográficas

BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico: o que é, como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

COUTO, Elza do. Ecolinguística e Imaginário. Brasília: Thesaurus, 2012.

COUTO, Hildo Honório. Ecolinguística: estudo das relações entre língua e meio ambiente. Brasília, Thesaurus, 2007.

_____. Linguística, ecologia e ecolinguística: contato de línguas. São Paulo: Contexto, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: BEZERRA, Maria Auxiliadora; DIONÍSIO, Angela; & MACHADO, Anna Rachel (org). Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002. p.19 -36.

NOGUEIRA, Geraldinho. O caso da Namoradina. In: CARNEIRO, Hamilton. Trova, Prosa e Viola. Goiânia: Digital Paint,

OLIVEIRA, I.R. Gênero causo: narratividade e tipologia. 2006. 144f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Instituto de Letras, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/8/TDE-2006-04-10T06:18:01Z-1836/Publico/TESE%20Inacio%20Rodrigues%20de%20Oliveira.pdf. Último acesso: 25 mai. 2013.

ORTÊNCIO, Bariani. Meu tio avô e o diabo. Goiânia: Kelps, 2007.

SANTINI, Juliana. A forma da literatura brasileira e o regionalismo. In: O eixo e a roda. V.20. n° 21, 2011. P.69-85. Disponível em: www.letras.ufmg.br/poslit/08_publicacoes_pgs/Eixo%20e%20a%20Roda%2020,%20n.1/05-Juliana%20Santini.pdf. Último acesso: 29.06.2013

SOUZA, Agostinho Potenciano de. Vãos e sombras: um discurso sobre a leitura no Ensino Médio. Tese (Doutorado em Linguística). FALÉ/UFMG, Belo Horizonte, 2003. (p.58-64).

CRENÇAS E AVALIAÇÕES A RESPEITO DO PORTUGUÊS E DAS LÍNGUAS DE CONTATO EM UMA COMUNIDADE DO SUDOESTE PARANAENSE

Clarice Cristina CORBARI (UNIOESTE)¹⁷¹

Resumo: Apresentam-se resultados de pesquisa sobre crenças e atitudes linguísticas de falantes da localidade de Santo Antônio do Sudoeste, situada no Sudoeste Paranaense, na fronteira com a Argentina. Parte-se do pressuposto de que as crenças e atitudes linguísticas são influenciadas por um conjunto de circunstâncias que envolvem o uso das variedades em determinado espaço sociocultural e geográfico, ou seja, as forças do entorno das línguas não só influem nos usos delas, mas também afetam os seus falantes. A tentativa de compreensão dos dados se faz com o auxílio de pressupostos teórico-metodológicos da Psicologia Social, da Sociolinguística e da Ecolinguística.

Palavras-chave: Crenças e atitudes linguísticas. Contato linguístico. Fronteira.

1. O contexto da pesquisa

O estado do Paraná possui grande extensão de fronteira com países hispanófonos: na região Oeste, são 208 quilômetros de divisa com o Paraguai, e também no Oeste, mas sobretudo no Sudoeste, são 293 km de fronteira com a Argentina¹⁷². Tal realidade, aliada à herança linguística e cultural dos eurodescendentes que colonizaram essas regiões, favorece o contato de línguas e culturas.

A localidade focalizada nesta pesquisa, Santo Antônio do Sudoeste, localiza-se no Sudoeste Paranaense, região que foi palco de muitos deslocamentos históricos motivados pela sua própria constituição sócio-histórica e configuração geopolítica. No que concerne à ocupação do território, a região foi primeiramente habitada por caboclos (posseiros) e, posteriormente, no auge da exploração da erva-mate, recebeu argentinos e paraguaios, que começaram a se evadir em 1940, com a diminuição dessa atividade extrativa (WACHOWICZ, 1985).

É nessa década que se inicia o efetivo povoamento dessa região paranaense, como parte de uma estratégia geopolítica nacional de ocupação de espaço, a “Marcha para o Oeste”, intermediada por empresas colonizadoras. A promessa de prover aos colonos serviço de infraestrutura e assistência à saúde e educação atraiu, nos anos 1940 e 1950, milhares de descendentes de imigrantes, predominantemente de origens alemã e italiana, vindos de colônias previamente formadas no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina para essa região (WACHOWICZ, 1985; BATTISTI, 2003).

A cobiça pelas terras ricas e férteis da região provocou disputas territoriais nos âmbitos internacional (envolvendo Brasil e Argentina), nacional (envolvendo Paraná e Santa Catarina) e local (envolvendo colonos e posseiros revoltados com as companhias colonizadoras e com os governos federal e estadual); nos dois primeiros casos, as disputas foram decididas em favor do Brasil, em 1889, e do Paraná, em 1916 (WACHOWICZ, 1985). O modo de ocupação das terras do Sudoeste do Paraná, ao engendrar diversos conflitos

¹⁷¹ Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *campus* de Marechal Cândido Rondon, Brasil. E-mail: ccorbari@yahoo.com.br.

¹⁷² In: *Países que fazem fronteira com o Brasil*: Relação dos países que possuem fronteira com o Brasil, extensão das fronteiras e estados brasileiros. Disponível em: <http://www.suapesquisa.com/geografia/fronteiras_com_brasil.htm>. Acesso em: 12 jan. 2013.

jurídicos, políticos e sociais, pode ter trazido implicações às relações estabelecidas entre os diversos grupos étnicos que entraram em contato nesse território. É possível, por exemplo, que o conflito entre os dois países tenha gerado certa animosidade entre brasileiros e argentinos.

Santo Antônio do Sudoeste faz fronteira com a cidade argentina de San Antonio. O limite se faz pelo rio Santo Antônio: argentinos e brasileiros atravessam a ponte mais antiga do Brasil ligando ao país vizinho, e vivenciam um intenso contato, motivado principalmente pelo intercâmbio comercial. A representativa presença do espanhol nesse espaço pode ser um dos fatores responsáveis pela baixa vitalidade das línguas de herança dos descendentes de imigrantes nessa localidade. A pesquisa demonstrou que as gerações mais jovens dos primeiros colonos já não falam mais as línguas étnicas, mas vêm gradativamente adquirindo o espanhol, resultado de uma configuração interessante: (a) primeiramente, os grupos de descendentes de imigrantes europeus se deslocam das “colônias velhas”, geralmente caracterizadas como ilhas linguísticas, para se fixarem nas “colônias novas”¹⁷³; (b) no novo território, localizado em um contexto de fronteira, deparam-se não só com os “brasileiros” (não descendentes de europeus), mas também com os argentinos, cuja língua é diferente do português; (c) nesse contexto, a par do processo de perda das línguas de herança, surge a necessidade de adquirir uma língua adicional para gerir as situações interacionais cotidianas.

A fronteira constitui, ao mesmo tempo, um fato geográfico e um fato social. Esse cenário de línguas e culturas em contato se torna, inevitavelmente, campo propício para a manifestação de crenças e atitudes, sejam elas positivas ou negativas, em relação à língua e à cultura do “outro”, que, em última instância, são crenças e atitudes em relação aos próprios sujeitos que se identificam com tal língua e cultura.

2. Orientação teórica do estudo

O estudo se faz no âmbito das investigações sobre crenças e atitudes linguísticas, iniciadas pela Psicologia Social na década de 60 e posteriormente desenvolvidas por outras grandes áreas, tais como a Sociolinguística e a Sociologia da Linguagem. Também são convocadas contribuições de outras áreas, especialmente da Ecolinguística, que se torna importante na medida em que estuda a relação entre língua e meio ambiente. Enquanto a Sociolinguística encara a língua intimamente relacionada ao contexto social em que é usada, a ecolinguística leva em conta também o contexto natural e até o mental.

Toma-se a definição de atitude como “uma maneira organizada e coerente de pensar, sentir e reagir em relação a pessoas, grupos, questões sociais ou, mais genericamente, a qualquer acontecimento ocorrido em nosso meio circundante” (LAMBERT; LAMBERT, 1966, p. 77). Entram em cena, então, três componentes essenciais da atitude: o cognitivo ou cognoscitivo (pensamentos e crenças), o afetivo (sentimentos ou emoções) e o conativo (tendências de reação).

Essa é a concepção assumida pela abordagem mentalista, que vê na atitude uma entidade complexa (MORENO FERNÁNDEZ, 1998). A análise aqui empreendida toma como base a teoria mentalista por considerar a atitude não meramente como um resultado, mas um processo. Isso equivale a dizer que a percepção do objeto por um indivíduo e a demonstração ativa a partir dele e com relação a ele são precedidas e reforçadas por outros procedimentos: o enquadramento do objeto no sistema de crenças e valores do indivíduo e sua eventual reação emotiva a ele.

¹⁷³ A busca dos descendentes imigrantes por terras nessa região do estado foi motivada pelo excesso de população ou pelo esgotamento de terras nas colônias primitivas – as “colônias velhas” – do Rio Grande do Sul. Muitos se deslocaram em busca de novas terras, formando as “colônias novas” (cf. KOCH, 2000).

Segundo Aguilera (2008), a língua não está desvinculada de seu contexto social, principalmente na sua condição de aspecto constituidor da identidade de um grupo étnico. Decorre daí que, “na maioria das vezes, ao caracterizar um grupo ao qual não pertence, a tendência é o usuário fazê-lo de forma subjetiva, procurando preservar o sentimento de comunidade partilhado e classificando o outro como diferente” (AGUILERA, 2008, p. 106). É a língua que simboliza os limites que separam o “nós” e os “outros”, uma vez que a língua que falamos identifica nossa origem, nossa história, nossa cultura, o grupo a que pertencemos.

Nessa perspectiva, o estudo das crenças e atitudes linguísticas precisa estar fundamentado na relação entre língua e identidade étnica. De acordo com Liebkind (1999), um grupo étnico pode ser simplesmente definido como qualquer grupo de pessoas que se identificam ou são de alguma forma identificados como, por exemplo, italianos ou alemães, mesmo que não falem ou entendam o idioma, nem pratiquem a religião, nem gostem da culinária de seus ancestrais. Trata-se de uma crença subjetiva em uma ancestralidade comum, não importando se uma relação de sangue realmente exista. A filiação étnica é, nesse sentido, uma identidade presumida (LIEBKIND, 1999).

O sentimento de pertença a determinada comunidade culturalmente coesa e coerente é um sentimento construído histórica e discursivamente, pois tal comunidade é “imaginada”, ou seja, as identidades nacionais são formadas e transformadas no interior de um “sistema de representação cultural” (HALL, 2006, p. 48). É no interior dessas representações que fazemos de nós mesmos e dos outros que se formam os estereótipos. Eles nascem do processo de elaboração de generalizações, que, embora sejam, em princípio, extremamente úteis para a organização de nosso mundo conceptual, “nem sempre são verdadeiras em todos os casos além daquele conjunto de experiências nas quais se baseiam. Quando um indivíduo considera tais generalizações como se fossem verdades universais, geralmente as denominamos de estereótipos” (BEM, 1973, p. 17-18), que podem afetar negativamente o comportamento social dos indivíduos.

Goffman (1963) vê a categorização dos indivíduos como algo necessário ao convívio social, mas alerta que é essa mesma categorização que está na base da estigmatização, ou seja, da atribuição de uma característica vista como discrepante – e negativa – com relação aos atributos considerados naturais, normais e comuns do indivíduo. No âmbito linguístico, o preconceito ou a estigmatização das variedades está muito ligada às avaliações que se faz dos utentes dessa variedade.

As situações de contato em regiões de fronteira, pela sua complexidade cultural e linguística, são particularmente propícias ao desenvolvimento de formas híbridas, as quais podem ser alvo de avaliações positivas ou negativas. É importante destacar que

O que entra em contato não são línguas, mas povos. [...] O contato entre as línguas se dá na mente de indivíduos que entram em contato em determinado lugar. Daí a importância de se reconhecerem os três ecossistemas da língua, e respectivos meios ambientes, [...], ou seja, o MA [meio ambiente] social, o MA mental e o MA natural. O MA natural da língua é o cenário em que indivíduos se veem juntos, o que os leva a interagirem entre si. Nessa interação, mensagens enviadas por eles uns aos outros são processadas nos respectivos cérebros (MA mental). Se esse tipo de interação tiver continuidade, tenderá a haver uma convergência de meios de expressão, o que poderá levar a uma socialização, à formação de uma nova comunidade e, frequentemente, uma nova língua (MA social) (COUTO, 2009, p. 50).

Segundo Couto (2009, p. 133), “mesmo onde presumivelmente existe um monolingüismo societário, a ecologia pode ser complexa. Devido à variação interna da língua, temos, como situação mais comum, a do *multidialealismo*”. Nesse caso, algumas variedades

detém prestígio (geralmente, a variedade padrão ou a variedade de grupos socialmente prestigiados) e outras são rechaçadas pelos falantes.

3. Metodologia

O *corpus* parte de dados coletados em Santo Antônio do Sudoeste por meio do Projeto *Crenças e atitudes linguísticas: um estudo da relação do português com línguas de contato* (AGUILERA, 2009), desenvolvido em oito localidades de regiões de fronteira e imigração, no Paraná. Seguindo uma metodologia de orientação mentalista do estudo da atitude, esse projeto tomou como instrumento de coleta de dados um questionário para entrevistas, elaborado com base em Bergamaschi (2006), adaptado à realidade sociolinguística e cultural das comunidades de fala investigadas, com 48 perguntas específicas para avaliar crenças e atitudes linguísticas em relação às línguas em contato e ao português de cada localidade. Os informantes foram selecionados de acordo com as seguintes variáveis: a) três faixas etárias: 18 a 30 anos, 31 a 50 anos, e 51 a 70 anos; b) três níveis de escolaridade: fundamental, médio e superior; e c) os dois sexos, totalizando dezoito informantes.

Para este estudo, o processo de segmentação do *corpus* obedeceu ao rastreamento de respostas nas quais os informantes se manifestam sobre suas crenças, avaliações e atitudes em relação às variedades em foco. Os resultados da análise são contrastados com dados de estudos sobre crenças e atitudes linguísticas realizados em outras localidades da região, fronteiriças à Argentina. Usando dados do Projeto *Crenças e atitudes linguísticas: um estudo da relação do português com línguas de contato* (AGUILERA, 2009), Silva-Poreli (2010) fez sua investigação em Pranchita, cidade vizinha a Santo Antônio do Sudoeste, e Pastorelli (2011) focalizou a localidade de Capanema, situada a pouco mais de 50 km de Santo Antônio do Sudoeste. Amâncio (2007) desenvolveu pesquisa nas cidades “trigêmeas” de Barracão (Paraná, Brasil), Dionísio Cerqueira (Santa Catarina, Brasil) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina), que fazem fronteira seca. O município de Barracão também se localiza no Sudoeste Paranaense, distando menos de 30 km da de Santo Antônio do Sudoeste. Esses estudos, portanto, tratam de realidades muito próximas, o que as tornam interessantes para estabelecerem uma comparação com os dados encontrados neste estudo.

4. Resultados da pesquisa

A pesquisa mostrou que poucos informantes santo-antoninenses ainda falam as línguas de herança, apesar de grande parte ser descendente de imigrantes europeus. Metade dos informantes declarou ser monolíngue em português (ou ‘brasileiro’, como designam alguns informantes) e, entre os que se declararam bilíngues, a maioria o são em português e espanhol (apenas dois ainda falam italiano). Cinco dos informantes que declararam falar também espanhol (ou ‘castelhano’, ou ‘argentino’, ou ‘espanhol argentino’, conforme as designações recebidas pelos informantes) admitiram possuir competência apenas de nível elementar nesse idioma, e alguns reconheceram que se trata, na verdade, do portunhol. O relativo domínio do espanhol é descrito da seguinte forma: “muito arranhado”, “vai embolando, juntando”, “dou uma remediada”, “arrasto um pouquinho”, demonstrando que o domínio do idioma tem a finalidade de buscar estabelecer uma comunicação minimamente satisfatória com o argentino.

Os informantes têm consciência dos diferentes domínios das línguas ou variedades ouvidas na localidade: o espanhol argentino é mais falado no âmbito público, e as línguas de imigração, no privado e, mesmo assim, somente entre os mais velhos. Os locais ou situações em que se ouve o espanhol são: alfândega ou aduana, rua, comércio (farmácia, bancos, lojas), local de trabalho e entre familiares ou conhecidos que moram na Argentina, o que reflete o intenso contato dos santo-antonienses com os argentinos.

De modo geral, os inquiridos mostraram uma avaliação positiva da variedade falada pelos argentinos. Dois terços dos informantes acreditam que o argentino fala melhor que os usuários das outras variedades (não incluindo o português). Provavelmente, essa avaliação está ligada ao *status* de língua materna do espanhol argentino, ao passo que as línguas de herança vêm paulatinamente perdendo esse *status* e sobrevive apenas residualmente e/ou “misturadas” ao português. Incluindo-se os falantes do português, em outra pergunta do questionário, metade dos informantes santo-antonienses disseram que os brasileiros falam melhor, mas 17% ainda apontaram o argentino, embora um deles deixasse claro que não estava se referindo aos falantes do portunhol (as impressões sobre essa variedade serão discutidas mais adiante).

Em outra questão referente à língua mais bonita, observou-se que a variedade argentina é, de modo geral, mais apreciada que o português: em Santo Antônio do Sudoeste, 33% dos informantes acham o espanhol e o italiano as línguas mais bonitas; 11% acham o português mais bonito; 6% acham o espanhol argentino mais bonito; e 6% acham o italiano, o português e o espanhol bonitos.

O prestígio do espanhol argentino se confirma nas respostas à pergunta sobre a vontade de aprender a falar alguma das línguas faladas na localidade, em que todos os informantes arguidos declararam que gostariam de aprender uma língua adicional. O espanhol foi a língua mais citada: a maioria disse que gostaria de “aprender bem” o espanhol, ou para se comunicar eficientemente com os argentinos, ou porque apreciam a língua.

De modo geral, a maioria dos informantes diz que nenhuma língua é feia. Quando alguma língua é citada nesse quesito, o fator considerado na avaliação é, geralmente, a dificuldade de compreensão: isso aconteceu especialmente com o alemão, que não é uma língua de base latina. Nessa mesma perspectiva, as razões apresentadas para justificar quem fala melhor ou qual língua é mais bonita, de modo geral, relacionam-se principalmente à facilidade de entendimento do idioma em relação às demais variedades não portuguesas, o que explica a escolha do espanhol argentino, já que se trata de uma língua parecida com o português e com a qual os informantes têm mais contato. A proximidade das comunidades favorece a familiaridade com a língua dos grupos que entram em contato, pois a

proximidade espacial leva ao compartilhamento de informações que, por seu turno, facilita a eficácia dos AIC [atos de interação comunicativa]. A conclusão lógica é a de que o entendimento tem muito a ver com espaço. Como entendimento também pressupõe um sistema, vê-se que também o sistema tem a ver com o espaço (COUTO, 2009, p. 34).

A familiaridade com o espanhol argentino se reflete na questão que solicita exemplos das diferentes variedades citadas na entrevista: apenas três informantes não souberam informar exemplos dessa variedade. Os itens mais lembrados se referem a elementos necessários para estabelecer contato, iniciar a interação comunicativa e gerir a relação entre os interlocutores: (a) fórmulas de cumprimento, tais como *Buenos dias, Salud, Hola, que tal?, Como estás?, Cómo le va?, Muy bien, y vos*, dentre outras, e (b) marcadores conversacionais, como *Mira, Bueno, Tranquilo, Adelante e Arriba*, dentre outros. Muitos dos exemplos citados mostram a interferência do português, como *Até luego (= Hasta luego)* e *Cómo tá? (= Cómo estás?)*, caracterizando o hibridismo de formas linguísticas.

Algumas outras palavras lembradas refletem um vocabulário útil nas relações comerciais, pois nomeiam produtos geralmente comprados por brasileiros na Argentina, onde os preços são mais baixos se comparados aos praticados no Brasil: “*nafta*, que é gasolina, e... *goma*, que é borracha” (Inf. 5), “uma roupa, no caso, uma *collera*, um *pantalón*” (Inf. 10).

Resultados semelhantes, em relação aos argentinos e à variedade falada por eles, foram encontrados por Silva-Poreli (2010) em Pranchita, e por Pastorelli (2011) em

Capanema: as autoras constataram que a maioria dos informantes mantém uma atitude positiva com relação aos argentinos. Resultados divergentes, porém, foram encontrados nas cidades “trigêmeas”: embora grande parte dos informantes de Amâncio (2007) afirmasse gostar do espanhol e muitos deles soubessem, de fato, falar essa língua, nas interações entre membros dos dois grupos, a língua dos argentinos ficava relegada a um plano secundário. A maior parte das conversas era feita ou em português ou em portunhol, e alguns informantes argentinos demonstraram insatisfação pelo fato de serem “obrigados” a falar português para que a interação com os brasileiros fosse possível. O portunhol também é usado, como alternativa ao português, nas interações entre brasileiros e argentinos. Assim, os dados de Amâncio (2007) apontaram que há pouco empenho e até mesmo recusa do brasileiro em falar espanhol.

Amâncio (2007) interpreta esses resultados como uma tentativa de dominação e detenção do poder por meio da língua, uma vez que, ao estabelecer a língua mais forte, estabelece-se, também, o grupo mais forte. Na avaliação da autora, há um importante fator político-econômico que pode favorecer, ao menos em parte, tais manifestações: a infraestrutura local. Bernardo de Irigoyen se encontra em uma região pouco prestigiada da Argentina, distante do desenvolvimento e do requinte da capital Buenos Aires e de outras regiões mais favorecidas desse país. Já Barracão e Dionísio Cerqueira apresentam melhor infraestrutura, ainda que também sejam municípios de pequeno porte. Assim, o estado mais rico e desenvolvido atrairia avaliações mais positivas, ao contrário do estado menos favorecido, que, por sua vez, receberia avaliações mais negativas.

No entanto, a situação das cidades fronteiriças de Santo Antônio do Sudoeste e San Antonio apresenta características similares: San Antonio é menos desenvolvida que a vizinha brasileira, de modo que os argentinos continuamente atravessam a fronteira para os serviços médicos, de farmácia etc., como atestam os próprios informantes. Por sua vez, os brasileiros costumam atravessar a fronteira para abastecer seus carros ou fazer compras em supermercados argentinos, que apresentam preços mais baixos que no Brasil, devido à desvalorização do peso argentino em relação ao real.

Alguns informantes santo-antonienses reconhecem que usam não o espanhol propriamente, mas o portunhol, definido geralmente como uma “mistura” do português com o espanhol:

- (01) E portunhol é assim: as palavras são muito semelhantes, então falam junto, enrolado, misturam algumas expressões que são brasileiras, misturam, né. (Inf. 13)
- (02) Eles falam muito o que a gente costuma dizer portunhol, né. Eles misturam muito os idiomas. A... eles misturam a frase, algumas palavras português, algumas espanhol. (Inf. 16)

Não é escopo deste estudo entrar no mérito da discussão teórica acerca da caracterização do portunhol. No entanto, é certo que essa variedade contém elementos das duas línguas, embora não apresente uma constância de regras e termos, podendo variar de acordo com cada região fronteiriça e até mesmo com cada falante.

Conforme Couto (2009, p. 50), “com a convivência, as línguas serão processadas nas mentes dos indivíduos, o que pode levar um lado a apropriar-se da língua do outro, mesmo que fortemente marcada pela própria L1, ou ambos os lados formarem uma terceira realidade, um meio unificado de intercomunicação”, que, no caso das localidades fronteiriças do Brasil com países hispanófonos, é o portunhol. Entretanto, esta é também a realidade do português falado pelos imigrantes e descendentes, que revelam, em sua fala, interferências da língua de herança.

Apesar de o termo ‘mistura’ fazer referência a algo que não é mais “puro”, a avaliação do portunhol é, de modo geral, positiva na localidade (apenas um informante criticou

explicitamente o uso do portunhol). Isso talvez se dê em função de os próprios informantes serem usuários dessa variedade, com um fim principalmente pragmático. A rotulação do portunhol como ‘mistura’, sintetizando as percepções dos informantes santo-antonienses sobre essa variedade, é um fenômeno bastante comum nas situações de línguas de contato. Segundo observa Elizaincín (2004), o contato do espanhol com o português tem um *status* especial, pois as duas línguas apresentam a mesma origem, são tipologicamente muito próximas e têm forte relação areal.

Alguns informantes reconhecem que o espanhol fronteiriço falado em Santo Antônio do Sudoeste se distingue das variedades do espanhol faladas em outros lugares (Espanha e Buenos Aires foram citados). O informante a seguir cita o espanhol europeu, deixando implícito que avalia positivamente a variedade argentina em contraste com a espanhola:

- (03) Espanhol não, né, porque é muito semelhante, não é aquele espanhol clássico lá, né, aquele espanhol lá da Espanha, eles falam... é um espanhol diferente, até quando... quando eu estudei espanhol, tinha algumas expressões diferentes, assim, o jeito de falar, aquele sotaque carregado, chegava ali, não era assim, porque é meio... como é muito próximo do Brasil, falam como a gente, assim, só que espanhol, né. (Inf. 13)

Com relação ao português ou brasileiro, observou-se, entre alguns informantes, uma avaliação negativa dessa variedade, indicando um possível resultado do processo de escolarização, em grande parte calcado nos moldes tradicionais, e da divulgação da noção de “língua correta” ou “falar certo” pelos meios de comunicação, na voz de alguns “defensores” da norma padrão. Trata-se de impressões isoladas, não podendo ser generalizadas, mas fornecem indícios de que são atitudes compartilhadas, pelo menos, por alguns falantes.

Algumas justificativas merecem destaque por deixarem implícita uma noção de língua que se confunde com a noção de norma padrão, ao mencionarem variedades regionais do português que tenderiam a fugir do modelo suprarregional idealizado de “língua correta”. Mesmo assim, de modo geral, os informantes, inclusive alguns que deram atributos negativos ao português, manifestaram apreço pela variedade materna.

- (04) Quem fala o... os que falam o português, só português falam melhor, agora, aqueles que falam o misturado ali, falam... uma hora tão falando italiano, outra hora o português, daí já falam meio... embrulhado (risos). (Inf. 6)
- (05) Português, o pessoal... por causa da... da... das regiões, tem lá no Rio Grande é um jeito de falar, em Santa Catarina é outro, aqui no Paraná é mais tipo São Paulo, então é... é... o português tem uma... por causa dos costumes, ela tem... é uma língua, assim, mais... o pessoal vai remediando ela. (Inf. 15)
- (06) Português, com... com certeza. [...] porque os que tem aqui não sabem perfeitamente, né, falar a língua mesmo, né, certa. Dá umas arranhada, só (risos). (Inf. 12)
- (07) É, apesar de nós falarmos errado o português, eu acho que é o melhor, ainda. (Inf. 17)
- (08) Ah, eu acho a nossa mais bonita. Apesar de ser mais difícil, eu acho que a nossa língua portuguesa é muito difícil, mas eu acho mais bonita a nossa, porque eles [os falantes de outras línguas] falam muito depressa. (Inf. 18)

Merece destaque a resposta da informante 6 por conter uma crítica à interferência do italiano no português falado por seus descendentes. Vale informar que a maioria dos pequenos agricultores estabelecidos no Sudoeste do Paraná, na década de 40, era descendente, em

segunda ou terceira geração, de imigrantes de países europeus, principalmente da Itália (40%) e da Alemanha (13%) (BATTISTI, 2003), corroborando a observação do informante a seguir:

- (09) Italiano hoje ainda existe muito, as pessoas de origem. Só que falar italiano mesmo, hoje, não se vê. Tem essa mistura do português com o italiano. (Inf. 17)

Essa interferência do italiano no português foi negativamente avaliada por alguns informantes. Na pergunta sobre quem fala pior, o italiano foi citado por quatro informantes (22,22%), dos quais três apresentaram as razões por pensarem assim:

- (10) Eu acho que os italianos têm uma... uma tendência a falar mais errado. (Inf. 16)
- (11) Eu acho que é o italiano, que ele fala muito misturado o português. Por exemplo, eu tive muita dificuldade de pronunciar os dois erres, assim. [...] Por causa que eu me criei no meio de pessoas italianas. Eles falam então com um erre, então, ‘jarra’ falam ‘jara’, né. [...] então, eu penso assim que... que é o que fala mais... né, que dá mais problema, porque o espanhol, ele é mais... as pessoas, quando falam espanhol, eles já falam mais correto. (Inf. 17)
- (12) Porque eles [os italianos] falam muito dialeto. Eles não... não... não... assim, você... a língua italiana é bonita se você falar ela corretamente [...]. (Inf. 18)

As justificativas dos informantes 16 e 17 se referem ao italo descendente falando português, que acaba manifestando traços da língua italiana, como o caso da pronúncia do fonema /r/. Segundo Frosi e Raso (2011, p. 332-333), dentre as “realizações fonéticas típicas que se constituíram em marcas identificadoras o grupo étnico italiano”, está a não realização, pelos italo descendentes, da vibrante múltipla em contextos em que ela é esperada pelo padrão fonológico do português. Tais traços, aliados a outras realizações típicas dos italo descendentes, na maioria das vezes, contribuem para a estigmatização da fala de contato com o italiano, conforme apontam vários autores (SANTOS, 2001; MARGOTTI, 2004; FROSI; RASO, 2011; FAGGION; LUCHESE, 2011).

Já a informante 18 critica o uso do dialeto, que, inclusive, dificultaria a aprendizagem do italiano padrão, no seu ponto de vista. Coincidentemente, esses três informantes (16, 17 e 18) são sujeitos com ensino superior, o que pode explicar a tendência de analisar as variações como erros, já que passaram mais anos nos bancos escolares e podem, assim, ter já cristalizadas as noções de língua correta. Vale ressaltar que Silva-Poreli (2010), em sua pesquisa sobre crenças e atitudes na cidade de Pranchita, coletou comentários semelhantes aos obtidos na vizinha Santo Antônio do Sudoeste sobre o falar dos italianos.

A informante 18, embora tivesse inicialmente manifestado uma opinião positiva a respeito de todas as línguas, dizendo que “toda língua que não é a minha também eu acho bonita, seja qual for ela, eu acho bonito, e admiro”, ao ser arguida sobre o alemão, ela confessa que não tem “assim muita admiração”, revelando um julgamento negativo a respeito de uma variedade não padrão do alemão ou do português com interferência do alemão:

- (13) E a gente nunca se interessou em aprender o alemão, então, por isso, eu não tenho assim muita admiração e acho que eles não falam tão... tão puramente como deveria ser o certo, né, na... alemã... o alemão, a língua alemã. (Inf. 18)

Interessa aqui apresentar a resposta de uma informante, que, solicitada a dar exemplos do italiano, acaba citando itens que não correspondem a essa variedade, mas mostram visível interferência do espanhol:

- (14) É... mu... “muitos gratios”, é... “muchas graças”. (Inf. 4)

Essa fala mostra como o ambiente onde se desenvolvem os contatos interfere nas formas linguísticas produzidas, como resultado de um processo de hibridização que pode não se efetivar em nenhum outro lugar. A interferência lexical percebida em ‘gratios’, a partir da fórmula de agradecimento *grazzie*, do italiano, e o acréscimo de ‘muchas graças’ (mostrando a interferência do espanhol, *muchas gracias*), são produtos do meio, em que uma população com grande representatividade de italo descendentes convive com falantes de espanhol.

Por fim, interessa trazer a fala de um informante, que sintetiza a avaliação positiva das línguas que não são afetadas pela “mistura”:

- (15) O argentino ou espanhol, porque eles falam, estudam a língua deles. O alemão, o italiano, eles... vieram... né, as pessoas que falavam tiveram que mudar para o português, e em vez ficou uma mistura, sabe. As pessoas que hoje falam é muito misturado, né. (Inf. 17)

5. Considerações finais

Os resultados da pesquisa apontaram para uma avaliação geral positiva do espanhol argentino e do portunhol, e negativa do português com interferência das línguas de herança (assim como da variedade não padrão do português), embora os informantes, ainda assim, manifestassem apreço por essas variedades, caracterizando o prestígio encoberto, postulado por Labov (1972), que diz respeito ao desejo do falante de manter sua identidade no interior de seu grupo social, o que se reflete em um conjunto de normas encobertas que atribuem valores positivos ao vernáculo local e informal.

O prestígio do espanhol argentino e do portunhol, em Santo Antônio do Sudoeste, sugere a inexistência, nessa localidade, de qualquer animosidade entre brasileiros e argentinos como consequência de conflitos do passado, corroborando o que diz Wachowicz (1985) sobre a convivência pacífica entre esses povos, possivelmente porque “[...] a difícil luta pela sobrevivência levava a uma exemplar convivência com os argentinos, para solucionarem os problemas comuns”, de modo que “todos passavam livremente pela fronteira, mas a mesma sempre foi respeitada. Por isso, os casamentos entre as duas nacionalidades tornaram-se frequentes” (p. 72-73).

Porém, notam-se diferenças entre as crenças e atitudes verificadas nas localidades do Sudoeste do Paraná fronteiriças à Argentina (Santo Antônio do Sudoeste, Pranchita e Capanema *versus* Barracão) no tocante à forma de contato com os argentinos, que podem ser atribuídas, entre outros fatores, à proximidade em relação a um centro urbano argentino. Segundo Couto (2009, p. 149), “quando se fala em *situações fronteiriças*, é necessário distinguir aquelas em que há um acidente geográfico separando os dois países e aquelas em que ele inexistente”. No caso de Capanema e Pranchita, além do rio Santo Antônio que as separa da Argentina, há uma distância razoável entre essas cidades e algum centro urbano argentino. Santo Antônio do Sudoeste e San Antônio, por sua vez, são cidades gêmeas, mas há o rio que as separa, de modo que as duas cidades não formariam uma comunidade única, mas comunidades separadas. Já no caso de Barracão, as cidades são conurbadas, separadas por fronteira seca, formando uma comunidade única, o que pode explicar as atitudes mais acirradas em relação aos argentinos. Assim, a complexa interdependência entre as formas de comunicação humana e a multitude de fatores ambientais é o que torna as localidades únicas.

Referências Bibliográficas

AGUILERA, V. A. Crenças e atitudes linguísticas: o que dizem os falantes das capitais brasileiras. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 2, n. 37, p. 105-112, maio/ago. 2008.

- AGUILERA, V. A. *Crenças e atitudes linguísticas: um estudo da relação do português com línguas de contato*. 2009. [Projeto desenvolvido pela autora. Digitado].
- AMÂNCIO, R. G. *As “cidades trigêmeas”*: um estudo sobre atitudes linguístico-sociais e identidade. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- BATTISTI, E. *Agricultura familiar e cidadania: os embates da ASSESOAR*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.
- BEM, D. J. *Convicções, atitudes e assuntos humanos*. Trad. Carolina Martuscelli Bori. São Paulo: EPU, 1973. (Coleção Ciências do Comportamento).
- BERGAMASCHI, M. C. Z. *Bilinguismo de dialeto italiano-português: atitudes linguísticas*. 2006. Dissertação (Mestrado em Letras e Cultura Regional) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2006.
- COUTO, H. H. *Linguística, ecologia e ecolinguística: contato de línguas*. São Paulo: Contexto, 2009.
- ELIZAINCÍN, A. Las fronteras del español con el portugués en América. *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana*, Frankfurt, n. 4, p. 105-118, 2004.
- FAGGION, C. M.; LUCHESE, T. A. Bilinguismo e escolarização na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul. In: SILVA, S. S. (Org.). *Línguas em contato: cenários de bilinguismo no Brasil*, v. 2. Campinas: Pontes, 2011. p. 197-224. (Coleção Linguagem & Sociedade).
- FROSI, V. M.; RASO, T. O italiano no Brasil: um caso de contato linguístico e cultural. In: MELLO, H.; ALTENHOFEN, C. V.; RASO, T. (Orgs.). *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 317-347.
- GOFFMAN, E. *Stigma: notes on the management of spoiled identity*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1963.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- KOCH, W. O povoamento do território e a formação de áreas linguísticas. In: GÄRTNER, E.; HUNDT, C.; SCHÖNBERGER, A. (Orgs.). *Estudos de Geolinguística do português americano*. Frankfurt am Main: TFM, 2000. p. 55-69.
- LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LAMBERT, W. W.; LAMBERT, W. E. *Psicologia social*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- LIEBKIND, K. Social psychology. In: FISHMAN, J. A. (Ed.). *Handbook of language and ethnic identity*. New York: Oxford University Press, 1999. p. 140-151.

MARGOTTI, F. W. *Difusão sociogeográfica do português em contato com o italiano no sul do Brasil*. 2004. 332 f. 2004. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

MORENO FERNÁNDEZ, F. *Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje*. Barcelona: Ariel, 1998.

PASTORELLI, D. S. *Crenças e atitudes linguísticas na cidade de Capanema: um estudo da relação do português com línguas em contato*. 2011. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

SANTOS, S. R. P. *O Radicci no contato italiano-português da região de Caxias do Sul: identidades, atitudes linguísticas e manutenção do bilinguismo*. 2001. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

SILVA-PORELI, G. A. *Crenças e atitudes linguísticas na cidade de Pranchita – PR: um estudo das relações do português com línguas em contato*. 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

WACHOWICZ, R. C. *Paraná, sudoeste: ocupação e colonização*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1985.

O DISCURSO “FRAGMENTADO” DOS MENINOS DE RUA E DA LINGUAGEM RURAL: UMA VISÃO ECOLINGUÍSTICA

Elza Kioko Nakayama Nenoki do Couto (UFG)
Hildo Honório do Couto (UnB)

Resumo: O principal objetivo deste artigo é discutir o discurso estigmatizado dos meninos de rua e dos falantes de português rural. Introduzimos alguns conceitos da Ecolinguística, sobretudo da Linguística Ecológica. A Ecologia da Interação Comunicativa é um dos mais importantes entre eles. Até o momento nós já encontramos treze “regras”, das quais a gramática faz parte: ela existe para garantir a eficácia comunicativa. Demonstramos que esses dois tipos de discurso aparentemente fragmentado são-no só aparentemente. Eles foram perfeitamente entendidos pelo ouvinte porque sempre há entendimento entre quais dois membros das respectivas comunidades, independentemente de seguirem o português estatal (padrão) ou não. Isso acontece porque ecolinguisticamente a língua não é um sistema fechado de regras, mas o modo pelo qual as pessoas comunicam tradicionalmente em suas comunidades.

1. Introdução

Normalmente, tendemos a considerar errado tudo que foge do padrão estabelecido pelas gramáticas normativas, que só reconhecem o português estatal. Modos de comunicação como a rural e a dos meninos de rua são vistos como fragmentados, “errados”. Aliás, a própria linguagem da interação cotidiana é assim considerada. É bem verdade que para alguém que tenha aprendido português em livros no estrangeiro essas falas seriam praticamente ininteligíveis porque só lhes foi ensinado o português estatal. No entanto, para os falantes nativos de português e, sobretudo, os das respectivas variedades, trata-se de falas perfeitamente inteligíveis, uma vez que decodificáveis e decodificadas.

Nosso objetivo neste ensaio é mostrar que esse tipo de discurso não é nenhuma monstruosidade. Tanto o falante que o produz quanto seu ouvinte têm um conhecimento internalizado de como deveria ser a forma plena. Esse conhecimento se aproxima até certo ponto da “competência linguística” e da “estrutura profunda” das primeiras versões da gramática gerativa e das gramáticas filosóficas do século XIX. Essa ‘estrutura subjacente’ e respectivo significado são recuperados devido ao contexto específico da **interação comunicativa** em que ocorrem. A constatação geral é a de que não se pode reduzir a língua apenas ao sistema. Ele é apenas um dos componentes da **ecologia da interação comunicativa**, sob a forma de **regras sistêmicas** (gramática). Sem as **regras interacionais**, as sistêmicas constituiriam mero construto teórico sem aplicabilidade e utilidade. A jovem disciplina **ecolinguística** integra os dois tipos de regras, encarando a língua como um todo orgânico, mas também dinâmico e aberto. Esses princípios serão aplicados na análise de dois excertos de diálogo, um dos meninos de rua com a investigadora (E) e outro de um morador analfabeto da zona rural de Minas Gerais com o investigador (H).

2. Os dois discursos

Meninos de rua:

- D: o que é fazer uma fita junto?

- I: *uma fita junto ((risos)) ... é roubar... o modo de dizer que a gente fala .. fita...porque... a forma da gíria que... reproduzida... os maluco... na hora d doidura fala .. as coisas que não faz sentido... mas se pego...continua gíria*

- D: *mas é uma forma de vocês falarem que os outros não entendem né?*

- I: *poucos não entendem NÉÉÉ?*

(Murata, 2005).

Linguagem rural (Divino do Zé Agustim):

“... não, o cumpad’ Zé.... --- a gente ia pa roça, se tivesse de sole quente ele chamava pa nós i ... pa casa dele pa nós réfrescá do sole...; e se tivesse de chuva.... e pur lá nós ficava o dia tamém. Num vortava”.

(Couto, 1974).

Do ponto de vista do português estatal, cuja morfossintaxe deve ser rigidamente obedecida, trata-se de enunciados altamente fragmentados, sem nexos, “errados”, uma monstruosidade linguística. Isso acontece porque normalmente colocamos o carro na frente dos bois. No caso, o carro é o sistema gramatical do português estatal, enquanto que os bois são o uso. De acordo com essa visão, que sempre existiu, mas que foi altamente reforçada com o advento do estruturalismo, a língua é o sistema, aquilo que Saussure chamou de ‘língua’ (*langue*). O uso, a ‘fala’ (*parole*) de Saussure seria mera realização do sistema. Falar seria por em uso as regras do sistema.

De acordo com essa visão da linguagem, cairíamos em um paradoxo insolúvel do ponto de vista de sua emergência filogenética e ontogenética. Se para falar é necessário que pré-exista um sistema, chegamos ao seguinte paradoxo: Em qual sistema o primeiro ato de fala se baseou? Após discutir ‘língua’ e ‘fala’ detalhadamente, o próprio Saussure pergunta sobre qual teria vindo primeiro. Mesmo sendo quem deu o pontapé inicial para o surgimento do estruturalismo linguístico, ele mesmo admitiu que “historicamente o fato da fala vem sempre antes” (Saussure, 1973: 27). Com isso, ele está dando uma certa primazia à fala, coisa que seu seguidor Eugenio Coseriu (1967) sempre enfatizou. Vale dizer, mesmo sendo a origem de todos os estruturalismos ulteriores, Saussure tinha uma certa intuição de que o essencial na linguagem é o uso, a fala, não o sistema, embora não tenha posto isso em prática nem, muito menos, os seus seguidores.

A intuição de Saussure e a tese de Coseriu estão em sintonia com a visão ecolinguística dos fenômenos da linguagem. Como se pode ver em Couto (2007) e Couto (2013a), entre outras referências, para a ecolinguística o *locus* da língua é a fala, a interação comunicativa. Ela chega a ir um pouco além. Para a ecolinguística tudo na língua começa no que se intitula **ecologia da interação comunicativa** (EIC). Ela nasce, funciona e morre na EIC. O sistema ou, para falar com Chomsky, a gramática é uma abstração construída pelo linguista a partir da observação dos diversos atos de **interação comunicativa** que se dão no seio da EIC. Dessa perspectiva, o sistema é a parte menor da EIC. De qualquer forma, para que uma interação comunicativa se dê de modo satisfatoriamente eficaz, ele também é necessário. Ele constitui as regras sistêmicas, que auxiliam as regras interacionais.

Os dois tipos de linguagem em questão são considerados “fragmentados”, “errados” porque se pensa apenas de um ponto de vista lógico (*from a logical point of view*), como defendia o filósofo americano Willard Quine. Acontece que na vida nem tudo é apenas lógico, tanto que Capra (2002) e Finke (2002) propõem que se pense mais de uma perspectiva ecológica (*from an ecological point of view*). Isso explica os discursos aparentemente fragmentados em tela, fato que a interação quotidianaabstr acontece com relativa frequência. Ecológicamente, o caminho mais indicado não é necessariamente o mais direto nem o mais fácil.

3. A Ecologia da Interação Comunicativa

De acordo com a visão de mundo que surgiu a partir da segunda década do século passado com a teoria da relatividade, o mundo todo é uma imensa teia ou rede de interações. Tudo é interação. A interação é universal. Com o advento da ecologia, essa visão foi imensamente reforçada, como se pode ver em Capra (2002). O conceito central da ecologia é o de ecossistema, em cujo interior o que interessa são as **interações** (I) entre os membros de uma **população** (P) de organismos e seu meio, *habitat* ou **território** (T). Na linguagem é a mesma coisa: o conceito central é o de **comunidade**, aqui chamado de **ecossistema linguístico**, cujos componentes são uma população ou **povo** (P), convivendo em determinado lugar ou **território** (T) e comunicando-se entre si pela **linguagem** (L) que lhe é própria. A única diferença entre o ecossistema linguístico (comunidade) e o biológico é que, no segundo, se fala só em interações (I), não em linguagem (L), que, aliás, é também interação, como já foi salientado.

Os componentes básicos da EIC são o cenário, um falante (F), um ouvinte (O), cada um com os seus. Do lado do falante, temos o que podemos chamar de ELE₁; do lado do ouvinte, ELE₂. O falante, como o EU da interação, pode incluir ELE₁ em sua fala, mas excluir TU, o que dá o NÓS exclusivo (tupi *oré*). Porém, pode incluir TU, redundando no NÓS inclusivo (tupi *jandê*). Quando F se refere a TU mais ELE₂, produz o VÓS (*vocês* no Brasil). O lugar do EU é *aqui*, o tempo é *agora* e o modo é *assim*. O lugar do TU é *aí*, o tempo *então* e o modo *assado*. O ELE de que se fala pode ser substituído por todos os substantivos da língua, uma vez que os interlocutores podem falar de qualquer coisa, de tudo. Mais uma vez, contrariamente à tradição, são os nomes que substituem os pronomes, não o contrário.

As **regras sistêmicas** ajudam na interação comunicativa. O enunciado de Divino *se tivesse de chuva* é, na verdade, incompleto. No entanto, no **ato de interação comunicativa** concreto em que aparece, ele está em paralelo com *se tivesse de sole quente ele chamava pa nós i pa casa dele*. Portanto, essa elipse é facilmente preenchida e falante e ouvinte e sabem que a forma completa é *se tivesse de chuva ele chamava pa nós i pa casa dele*. A interação comunicativa permite elipses, anacolutos e até outras figuras aparentemente mais abstrusas se elucidarem. O que interessa é a eficácia comunicativa. Para tanto, usa-se o princípio de economia, omitindo-se o que fica subentendido. Não é necessário repetir tudo que o interlocutor já sabe. F e O sabem que a forma não marcada de construção sintática em português é sujeito + verbo + objeto. No entanto, tudo isso pode ser infringido conforme o cenário da EIC.

Certamente mais importantes do que as regras sistêmicas são as **regras interacionais**. Sem elas não há a menor possibilidade de haver uma interação comunicativa, mesmo que F e O compartilhem um sistema. Este apenas as complementa, permitindo algum entendimento na ausência de referentes e até mentir, como disse Eco (1979). Vejamos as doze regras interacionais que já detectamos até o momento. A décima terceira representa as **regras sistêmicas**. Elas são as últimas dentre as regras interacionais, em consonância com o pensamento de Coseriu, que afirmou algures que o sistema está mas a fala não está no sistema”.

- 1) F e O ficam próximos um do outro, aproximadamente um metro.
- 2) F e O ficam de frente um para o outro.
- 3) F e O devem olhar para o rosto um do outro, se possível para os olhos.
- 4) a uma solicitação deve corresponder uma satisfação.
- 5) tanto solicitação quanto satisfação devem ser formuladas em um tom cooperativo, harmonioso, solidário, com delicadeza,
- 6) a solicitação deve ser precedida de algum tipo de pré-solicitação (*por favor, oi etc.*).

7) a tomada de turno: enquanto um fala, o outro ouve.

8) se o assunto da interação for sério, F e O devem aparentar um ar de seriedade, sem ser sisudo, carrancudo; se for leve, um ar de leveza, com expressão facial de simpatia (leve sorriso, se possível); a inversão dessas aparências pode parecer antipática, não receptiva etc.

9) F e O devem manter-se atentos, "ligados" durante a interação, sem distrações, olhares para os lados; 10) durante a interação, F e O de vez em quando devem sinalizar que estão atentos, sobretudo na interação telefônica, que ainda "estão na linha".

11) o encerramento da interação comunicativa não deve ser feito bruscamente, mas com algum tipo de preparação; quem desejar encerrá-la deve sinalizar essa intenção (*tá bom, tá, é isso* etc.).

12) em geral, é quem iniciou a interação que toma a iniciativa de encerrá-la; o contrário pode ser tido como não cooperativo, não harmonioso.

13) Regras sistêmicas (inclui toda a 'gramática').

A interação comunicativa, mais conhecida como 'diálogo', é um **fluxo interlocucional** em que se alternam F e O, como exemplificado na figura a seguir. Na interação comunicativa pode entrar qualquer informação compartilhada, vale dizer, todo o conhecimento dos interlocutores. Em princípio, tudo que pertence a sua comunidade e a sua cultura está à disposição deles para esse fim. Tanto que às vezes se usa C (de cultura) no lugar do L do ecossistema fundamental da língua mencionado acima na presente seção.

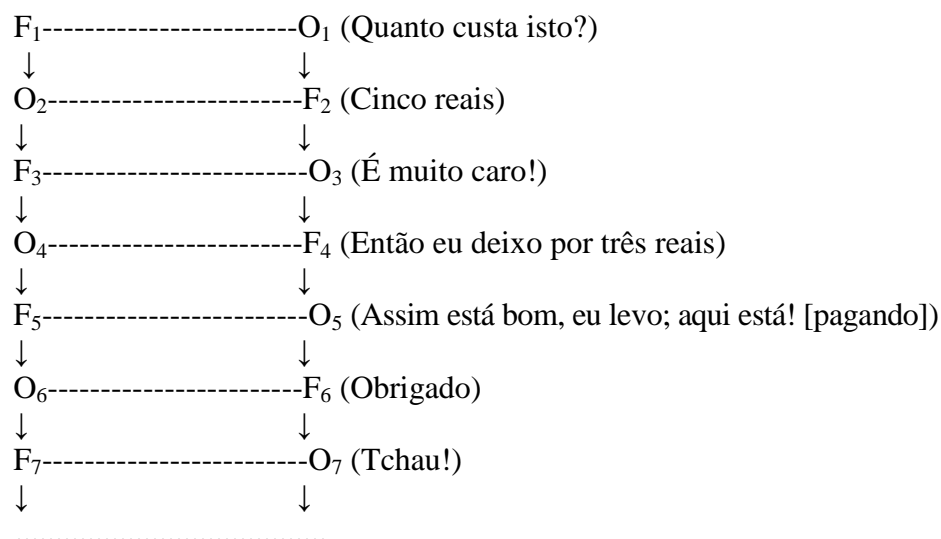


Fig.1

O exemplo mostra um possível diálogo entre uma freguesa e um feirante em uma feira de rua. Nota-se que os papéis de falante e ouvinte se alternam entre os dois. Nota-se, outrossim, que o diálogo não tem um fim. Ele simplesmente é interrompido em determinado momento. Inclusive, ele poderia ter tomado diversas outras direções, como, por exemplo, se a resposta do feirante (F₂) tivesse sido diferente, por exemplo, se tivesse sido "Custa muito pouco!". Aliás, em qualquer nível, a direção poderia ter sido outra. O diálogo é aberto, havendo apenas tendências, não certeza, sobre que direção vai tomar.

Os excertos que vamos analisar foram tirados de fluxos interacionais (diálogos) como esse. A fala dos meninos de rua é mais completa, pois é um minidiálogo. O da linguagem rural é apenas a fala de uma pessoa, no caso, resposta a uma pergunta do entrevistador. Aliás, da perspectiva da EIC, e da ecolinguística em geral, toda asserção é uma resposta a uma pergunta, mesmo que tácita, como alguns investigadores têm constatado (Maas, 1977).

4. Retomando os dois tipos de fala

A fala dos meninos de rua entra perfeitamente no modelo de fluxo interlocucional da figura 1. No caso, E está para a investigadora e M para menino ou menina de rua.

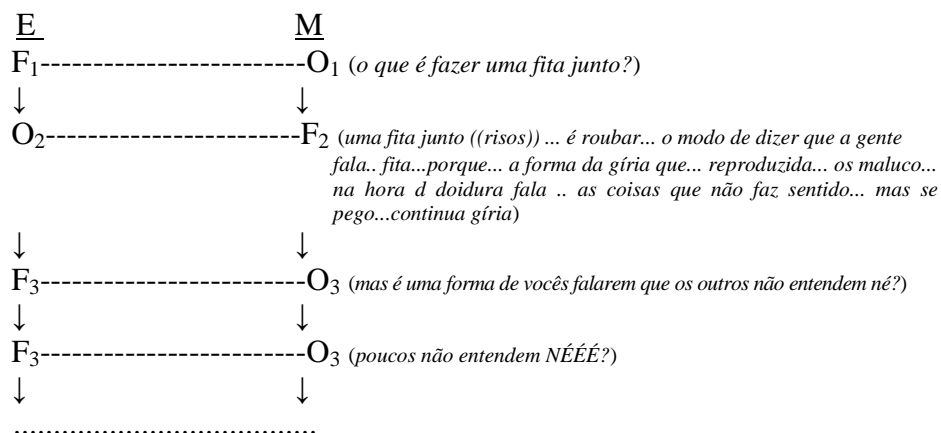


Fig. 2

Nesse caso, o contexto geral da EIC em que esse minidiálogo se deu permitiu que E entendesse perfeitamente o que M quis dizer, mesmo tendo usado diversas expressões de gíria. Do próprio diálogo emerge o significado de *fazer uma fita junto*, no caso, roubar. Outras expressões típicas da linguagem dos meninos de rua passaram a ser compreendidas por E pelo mesmo motivo. Eis alguns exemplos:

- *apetite de correria* ‘ter habilidade, malícia para roubar’
- *aprontar* ‘roubar’
- *cinco cinco* ‘furto’
- *cinco sete* ‘roubo a mão armada’
- *crescer o olho* ‘querer o que está vendo, querer roubar’
- *dar um rolê* ‘passar, roubar’
- *fazer um bote* ‘roubar’
- *guenta* ‘roubo’
- *passar o pano* ‘vigiar na hora do roubo’
- *sujou* ‘chegaram os policiais’
- *um sete um* ‘estelionatário’

Apesar de visar a manter segredo, como já comentado em Couto & Couto (2011), muitas palavras são tiradas do número de artigos do Código Penal, como se pode ver nos três exemplos *cinco cinco* (< artigo 155), *cinco sete* (< artigo 157), *um sete um* (< artigo 171).

Tiram termos da própria sociedade hostil a eles e os inserem no próprio contexto, tornando-os ininteligíveis aos de fora. Com isso, constituem uma antilíngua ou criptoletto para uso próprio, só decifrável por quem está no cenário de M e entra em interação comunicativa com alguém pertencente a ele. Para mais detalhes sobre a linguagem dos meninos de rua, pode-se consultar Murata (2005).

A investigadora só veio a saber o que eram *cinco cinco*, *cinco sete* e *um sete um* porque os significados foram emergindo no diálogo, na interação comunicativa. Isso mostra que não só a língua como um todo nasce na EIC, filogenética e ontogeneticamente. Os próprios significados específicos atribuídos às palavras pelos interlocutores nascem aí. É isso que resolve o problema apresentado por Fill (1987), de acordo com o qual cada pessoa atribui

um valor diferente às palavras. De um modo geral, a ecolinguística nos ensina que dialogar é adaptar-se: F procura expressar-se como acha que O vai entender e O procura interpretar o enunciado de F no sentido que acha que é o que F quis lhe atribuir.

O texto da linguagem rural, tirado de Couto (1974), aparentemente é mais ininteligível do que o dos meninos de rua, mesmo porque se trata de apenas da satisfação (resposta) a uma solicitação de H, não de um diálogo. Ele é apenas a resposta a uma pergunta do investigador. Repitamo-lo para facilidade do leitor.

“... não, o cumpad’ Zé.... --- a gente ia pa roça, se tivesse de sole quente ele chamava pa nós i ... pa casa dele pa nós réfrescá do sole...; e se tivesse de chuva... e pur lá nós ficava o dia tamém. Num vortava”.

Trata-se de um diálogo que o investigador (H) manteve com Divino do Zé Agustim, da região rural de Patos de Minas (MG). Ele estava respondendo a uma pergunta sobre o Zé Artino. Por esse motivo, o enunciado começa por *não*, que é um marcador de discurso comum até na linguagem urbana. De certa forma, ele conecta o enunciado à pergunta prévia.

Mesmo assim esse enunciado parece sem sentido, fragmentado. No entanto, H o entendeu perfeitamente, não só por compartilhar com Divino a linguagem e os costumes da região, o modo normal de interagir no local, ou seja, as regras interacionais, mas também porque ambos sabem que não há uma correspondência biunívoca entre o que as primeiras versões da gramática gerativa chamavam de ‘estrutura profunda’ e ‘estrutura superficial’. O que é mais, ambos têm conhecimento das “estruturas profundas” do português, das suas regras sistêmicas. Divino estava um tanto constrangido pela presença de H e, sobretudo, do gravador. De modo que o enunciado pode ser reverbado no português estatal da seguinte forma:

“Não, no que se refere ao compadre José, [quando a gente ia trabalhar para ele] a gente ia para a roça. Se o sol estivesse quente, ele nos chamava para ir para casa dele para refrescamosr; se estivesse de chuva, [ele também nos chamava para a casa dele], e por lá passávamos o dia também. Não voltávamos ao [trabalho]”.

É estranho constatar que a classe média urbana considere enunciados como o de Divino do Zé Agustim e o dos meninos de rua como fragmentados, como verdadeiras monstruosidades. Na verdade, na maioria dos diálogos em todos os níveis, exceto o do português estatal, acontece algo parecido. Ninguém fala “de acordo com a gramática”, no caso, a gramática normativa. Os diálogos artificiais da linguagem formal, normalmente escritos, podem ser reelaborados, corrigidos diversas vezes. Mesmo assim a pesquisa sociolinguística tem demonstrado que até na linguagem escrita há ausências de concordância, regências inapropriadas, anacolutos etc. Assim sendo, não devemos ser excessivamente severos com os meninos de rua e os habitantes das zonas rurais. Eles simplesmente agem como é normal agir em seu meio. Ninguém pertencente a esse meio acha enunciados como os exemplificados acima como algo fora do comum. Se não está fora do comum, está de acordo com as regras interacionais locais. Para tristeza daqueles que gostam de tachar tudo de “certo” ou “errado”, localmente esses enunciados não estão errados, logo, estão “certos”.

Para escândalo desses **juízes do certo e do errado**, que são verdadeiros **caçadores de erros**, poderíamos inverter as coisas e dizer que se um habitante da cidade chegar à zona rural e usar expressões como *Trouxeste-me o livro? Não, trar-to-ei amanhã*, o roceiro pode retrucar que ele está falando errado ou, então, pode perguntar que língua é essa. Segundo a ecologia profunda, que seguimos, se for para usar o conceito de errado, ele se aplicaria àquilo que traz sofrimento. O que não o traz não pode, em princípio, ser assim chamado. Consequentemente,

está certo. Essa é a posição da emergente **análise do discurso ecológica** (ADE), inicialmente proposta em Couto (2013b), no contexto da **linguística ecossistêmica**, que é a versão da ecolinguística praticada pela Escola de Ecolinguística de Brasília.

5. A linguagem como interação

No mundo tudo é interação, fato amplamente conhecido pelas visões de mundo orientais, como o hinduísmo e o taoísmo (Couto 2012). A ciência ocidental, depois de pensadores como Heráclito, só veio a reconhecer isso na segunda década do século passado, que é o caso da teoria da relatividade e da mecânica quântica. A ciência biológica conhecida como **ecologia** também surgiu por essa época. Também ela vê seu objeto, o **ecossistema**, como um imenso feixe de inter-relações, ou interações, como já foi avançado acima. No seu interior o que interessa são as interações que se dão entre organismos e *habitat*, bem como as que se dão entre os organismos. Para a linguística ecossistêmica, o primeiro tipo de interações é o que tradicionalmente se chama de **significação**, referência, denotação etc. O segundo tipo é a comunicação. Enfim, para essa versão da ecolinguística, a linguagem é parte de um ecossistema, o ecossistema linguístico, de que é um tipo de interação. Até a gramática é constituída de interações. Entre elas temos as interações entre sujeito e predicado, entre núcleo e adjunto no interior da locução nominal e assim por diante. São as regras sistêmicas (gramática). Vejamos um exemplo.

Nas línguas românicas, geralmente sabemos o que é sujeito e o que é predicado devido à ordem dos constituintes na frase. Assim, em *o menino pequeno vê a menina bonita*, sabemos que *o menino pequeno* é sujeito porque vem antes do verbo e que *a menina bonita* é o objeto por vem depois dele. Sabemos também que *o* diz de que menino se trata por que vem antes de *menino*, e *pequeno* o qualifica porque vem depois dele. O mesmo se pode dizer de *a* e *bonita*, relativamente a *menina*. Essa é a forma canônica das regras sistêmicas. No entanto, pode haver outras possibilidades. Uma das mais conhecidas é a voz passiva, no caso, *a menina bonita é vista pelo menino pequeno*. Há diversas outras, exploradas em Couto (1981, 2007: 166).

No exemplo de fala rural, vimos que a aparente estranheza de *se tivesse de chuva e pur lá nós ficava o dia tamém* no fundo é uma estratégia discursiva amplamente conhecida, a elipse, recurso estilístico cuja finalidade é a economia expressiva. Como bom conhecedor do português na sua variedade rural, Divino sabe que não precisa ficar repetindo tudo a todo momento. Assim, as reticências que o pesquisador usou na transcrição de sua fala visam a mostrar ao leitor que ali fica subentendido para falante e ouvinte *ele chamava pa nós i ... pa casa dele pa nós réfrescá do sole*.

O mesmo se pode dizer de *uma fita junto ((risos)) ... é roubar... o modo, de dizer que a gente fala*. Repitamos: o centro nevrálgico da língua são as interações comunicativas, para as quais em primeiro lugar vem o contexto, o cenário, juntamente com as regras interacionais, complementadas pelas regras sistêmicas. Por isso, a competência linguística de M e E lhes dizia que esse enunciado equivale a *[o significado da expressão “fazer] uma fita junto” é roubar, [n]o [nosso] modo de dizer, [é o] que a gente fala*.

Isso reforça mais uma vez a tese de que a EIC é o *locus*, o núcleo, o coração e a alma da língua. Quando pessoas se veem juntas, normalmente interagem, como quaisquer seres. A interação mais comum de seres sociais como os humanos é a interação comunicativa, sobretudo via linguagem, mas não só. Se a língua se constitui de um ‘léxico’ e uma ‘gramática’, como assevera Chomsky, pode haver um mínimo de entendimento com apenas um pequeno vocabulário compartilhado, como acontecia com os cicerones italianos, que diziam algo como *questo essere pittura Michelangelo molto bello*. Qualquer turista com um mínimo de conhecimento de arte italiana sabia que se tratava de *questo è una pittura di*

Michelangelo, è molto bella, ou seja, ‘isto é uma pintura de Michelangelo que é muito bonita’. O que é mais, pode haver um mínimo de entendimento até mesmo na ausência de vocabulário compartilhado, como a que se deu entre portugueses e índios tupinambás em Porto Seguro em 1500. A *Carta de Caminha* descreve essa interação em relativo pormenor. Alguns linguistas tiveram coragem suficiente para afirmar que o núcleo de língua é a interação comunicativa. Coseriu (1967), por exemplo, a despeito de ser um estruturalista de filiação saussuriana, disse que o sistema está na fala, mas a fala não está no sistema. Makkai (1993: 48), em sua cruzada contra a gramática gerativa, afirmou que “gramatical é o que ocorre, e agramatical o que não ocorre”, não necessariamente o que é construído pelo linguista.

6. Observações finais

Diante de tudo que acaba de ser dito, é preciso rever o conceito de língua. Ela não é um mero organismo de regras (interacionais e sistêmicas) que permitem formar frases que entrariam em atos de interação comunicativa. O ato de interação comunicativa não é uma realização do sistema, falar não é pô-lo em prática. Pelo contrário, ela é constituída de atos de interação comunicativa, a partir dos quais vão se cristalizando algumas maneiras de comunicar. Essas maneiras de comunicar são captadas pelos linguistas, que constroem um conjunto de regras sistêmicas a partir delas. Isso não seria nenhum problema. O problema surge quando eles passam a considerar o conjunto de regras sistêmicas, e apenas elas, como sendo a língua. Esse conjunto de regras sistêmicas (gramática) é um construto mental abstraído de atos de interação comunicativa reais. Eles são apenas uma parte da língua, e não é a mais importante. Enfim, contrariamente à esmagadora maioria das teorias linguísticas atuais, a língua não é um instrumento de expressão do pensamento, nem de comunicação. Ela é comunicação.

Referências Bibliográficas

CAPRA, Fritjof. *O tao de física*. São Paulo: Cultrix, 2002.

COSERIU, Eugeniu. *Teoría del lenguaje y linguística general*. Madrid: Gredos, 1967, 2ª ed.

COUTO, Elza K. N. N. do. *Ecolinguística: Um diálogo com Hildo Honório do Couto*. Campinas: Pontes, 2013a.

COUTO, Hildo Honório do. *O falar capelinhense. Uma visao sociolinguística*. Londrina. UEL, 1974, 79p.

_____. Codificação lingüística de eventos. In: COUTO, H. H. do (org). *Ensaio de linguística aplicada ao português*. Brasília: Thesaurus, 1981, p. 31-78.

_____. *Ecolinguística: Estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus, 2007.

_____. *O tao da linguagem: Um caminho suave para a redação*. Campinas: Pontes, 2012.

_____. Análise do discurso ecológica. www.meioambienteelinguage.blogspot.com, 2013b.

COUTO, Hildo Honório do e Elza K. N. N. do Couto. A questão do segredo nas antilínguas: uma visão ecolinguística. *Confluência* n. 39/40, 2011, p. 92-110. Também em: <http://lp.bibliopolis.info/confluencia/edpdf/39-40.pdf>

ECO, Umberto. *A theory of semiotics*. Bloomington: Indiana University Press, 1979.

FILL, Alwin. *Wörter zu Pflugscharen: Versuch einer Ökologie der Sprache*. Viena: Böhlau.

MAAS, Utz. Sprachliches Handeln I: Auffordern, fragen, behaupten. In: Baumgärtner, Klaus & Hugo Steger (orgs.): *Funk-Kolleg Sprache II*, 1977, p. 144-157.

MAKKAI, Adam. 1993. *Ecolinguistics: ¿Toward a new **paradigm** for the science of language?* Londres: Pinter Publishers.

MURATA (do Couto), Elza K. N. N. *Em busca da casa perdida*. São Paulo: Annablume, 2005.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1973, 3ª. ed.

Apêndice

(Mais um diálogo aparentemente ininteligível por pessoas de fora, mas perfeitamente normal no contexto e na comunidade em que foi proferido)

Diálogo entre Zé Professor e Remundo Ferrera

- Começo ininteligível

1. ZP - Então, ach' qu' senhor mora lá pert' daquele... Tuninh' Calisto?

RF - Tunim Calisto? Ih, é muito longe! Tunim tá lá ... im cima!

ZP - Lá p'u lado do Chapadão, né?

RF - É! Não, el' tá é... tá 'qui, entre o Muinh...

ZP - O Cedro, né?

RF - É, o Cedro. Tá lá no Cedro, lá na frente...

Terceiro - O Chapadão..... (ininteligível)...

8. RF - Pu Óstaqu' aqui é mais face purquê es transita ali... , lá no Tunim Calisto, né? Es vem

munto no Juaquim do Zé Calist' ali É mais face eu invia um récado dali.

ZP - Es tev' aí perguntano, mas eu num sabia!

RF - É?

ZP - Ontem qu'eu fiquei sabeno

RF - É? Antão é bão, ô Zé... vim?

ZP - Uai, isso é vantage p'u senhor.

RF - É?

ZP - Traz o atestado do quarto ano...

RF - É?

ZP - E ... e o rigistro.

18.RF - E o rigist' ... de nascimento? Agora as minina - aquela.... a Eni e o, Zé, e o ... e a - aquela do cumpá'a Luís - p'iguntô s'eu vinha cá hoje. Falei: "Ah, vô!" A Eni falô: "Ó, senhor pricura lá o Zé, papai - aquel' negóc' do diploma dela -

ZP - Tá lá im casa.

20.RF - Tá! Antão a hora qu'eu saí, semp' dá u)as volta aí, mais tarde ... eu indá vô demorá aí,

isperá vê s' o carr' chega e....e antão na hora de saí nóis passa lá, né? ... Se eu o daqué'a minina do cumpá'a num tá lá não?

ZP - Tá. Se eu num 'tivé lá o senhor pega com a Dalva

RF - É? Pode pidí sua muié, né?

ZP - É.

RF - Sei. Não, mais o cert' é qui cê tá, né? Dipois nóis tromba aí, viu?

ZP - Agora, se o negoc' do minino, o senhor resolve lá, né?

RF - Sei. Sigunda....?

ZP - Sigunda agora.

28.RF - Cê acha, Zé, qui....., eu tô achano assim qui esses caminh' aí tá muito rúim, mod' eles

... só se... pa vim só ele pr' aqui, fica assim mei' difice, cê acha qui num... num é importância levá já no.... direto? Purquê ele é mei' assim... mei' assim... distraíd' eu agora... assim; intão eu ta'a pensano pensano qui levam' as minina tudo lá pus Pato, cê sabe! Mais aí eu pensei: "Ah, isso fica muit' pesado pra mim. Fica um muncado lá e ela... chega essa qui é mais véi', fica aí pa i tintian' es", cê sabe! Es fica um muncado aqui e vai duas pra lá, né? Até a gente ajeitá....

ZP - De qualquer maneira tem u)a provinha!

RF - Tem?

ZP - Tem!

RF - Sei!

ZP - De qualquer manera tem uma provinha.

RF - Tem? Agora el' pod' dexá aquês minino fazê a prova assim...

ZP - Se... (ininteligível)... pode!

RF - Pode?

ZP - Pode.

39.RF - Não, antão é capá' ... então s'ele ... s'ele ... quand' ele, - ó Déc' - quand' ... s'ele incontrá, né? Purquê aí fica mais face.

Terceiro - (ininteligível)....

41.RF - É! ... É. Mais aí ele, oceis já vai, é um dia, e a gente vai... vem u)a minina cum ele... vai... e acho mió que s'ele ficá aqui eu fico pensano assim.... qui ele fica aqui, ele dana brincá com essa mininadinh' aqui (tem aquele fio do Tõezim ali, ó!) e ele ... né?, Zé!

ZP - É.

43. RF - E ele sozim aí, ele num fais nada. ...'quê o ano passado já ... cê inda me falô: "Traís ele!", eu falei: "Ah, eu vô dexá mais, 'quê meno ele panha mais um.. "né?", mais u)a idá' ... mais um ano de idade, por exemplo,.... já pensa mais", ele, ele é... ele é muito, até assim na leitura num dá trabai' não, mai p'ocê assim pa, el' num....

44.ZP - (ininteligível)

45.RF - É! Tá 'í is ... contan' ele, isprican' ele cum' é qui é aquilo e ele fica assim distraído, né?

Aquel' trem isquisito! Num... ah... tre.... atualmente os minino tudo, quas' tudo são assim, né? Mais uns men' pensa istudá, né?

ZP - É!

RF - Não, pois então nóis vamo... nóis vamo fazê assim... mais na vésa da prova aqui ocê me av..., ocê me conta, viu?

ZO - Tá!

.....

Reelaboração do diálogo

Vou explicar só as partes mais complexas, com muitas intercalações, ou então que necessitam de um conhecimento da situação em que o diálogo se deu.

A fala nº 8 de RF é o seguinte:

“Para o Eustáquio aqui é mais fácil (estudar aqui em Capelinha do Chumbo e não em Patos de Minas) porque eles vão frequentemente à casa do Toninho Calisto, à do José Calisto... Portanto é mais fácil para eu enviar um recado” (Toninho Calisto mora perto de RF).

A de nº 18:

“(Traz o atestado do quarto ano...) e o registro de nascimento. Está bem. Mas, as meninas (a Eni e a do compadre Luís) me perguntaram se eu vinha aqui (Capelinha do Chumbo) hoje. Eu lhes disse que vinha e a Eni me pediu que perguntasse a você pelo diploma dela”.

Fala de nº 20:

“Está bem. Eu ainda vou dar umas voltas, vou ficar até a hora de o ônibus (de Patos de Minas) chegar. Quando formos embora passaremos em sua casa porque você disse que o diploma da filha do compadre Luís está lá”.

Fala nº 28:

“Como esses caminhos (entre minha casa e Capelinha do Chumbo) estão muito ruins, fica muito difícil para ele vir sozinho. Eu estava pensando em levar todos eles para Patos, o que você acha? “Mas”, pensei, “isso fica muito pesado para mim, assim sendo ficam alguns lá, como a mais velha, e outros ficam aqui para ir equilibrando a situação. Um pouco aqui e duas lá”.

Fala nº 39:

“Não, então, ó Décio, se ele encontrar... fica mais fácil”.

Fala nº 41:

“É melhor vir uma menina com ele porque se ele ficar aqui, penso, ficará brincando com essa menininha daqui, como por exemplo, com aquele filho do Tõezinho, e assim não fará nada”.

Fala nº 43:

“Ele sozinho aí não fará nada. O ano passado você me falou para trazê-lo, mas eu esperei ele ficar um pouco mais velho, porque assim já pensa um pouco mais. Mas ele, que na leitura até que não dá trabalho, é um tanto.....”

Fala nº 45:

“... distraído. Às vezes você está explicando alguma coisa para ele e ele nem presta atenção. Atualmente os meninos todos são assim, não é? Mas alguns pelo menos pensam em estudar”.

UMA LEITURA ECOLINGUÍSTICA DA IDENTIDADE *CAPIRA* NA MUSICA “NÓIS É JECA MAIS É JÓIA” E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DO POVO GOIANO (GOIANIDADE).

Samuel de Sousa SILVA (PG-UFG)¹⁷⁴

Resumo: A linguagem “caipira” do povo goiano foi e é estigmatizada devido ao processo histórico do êxodo rural que valorizou a cultura urbana em detrimento da cultura rural a fim de conseguir trabalhadores para as cidades e o processo de escolarização que implementou como língua padrão a língua escrita da elite dominante, estigmatizando as variedades com raízes marcadamente mais ligadas a oralidade e certos regionalismos. Nesse trabalho observaremos como essa estigmatização permanece na estrutura da língua, mas ao mesmo tempo como através do uso artístico dessa linguagem por meio da musica “Nois é jeca mais é joia” se constrói um discurso de resistência a essa estigmatização. Sendo assim, a partir do conceito ecolinguístico de *Ecosystema Fundamental da Língua*, veremos como que a identidade de uma determinada comunidade linguística (o povo caipira goiano) é reforçada e defendida por meio da denuncia da estigmatização da linguagem caipira que permanece na língua por meio de certos vocábulos pejorativos e a valorização de determinadas características desse povo que são consideradas pejorativas no uso hodierno da língua, mas que são assumidas como qualidades essenciais da identidade goiana. Nessa defesa de uma identidade goiana corajosa que assuma aquilo que foi estigmatizado e permanece como estigma na estrutura da língua, veremos como as inter-relações entre o *Meio ambiente social da língua* e a *Língua* constituem a identidade de um *Povo* tanto na recusa dessa identidade a fim de assumir outra mais valorizada, quanto na revalorização e defesa dessa identidade estigmatizada.

Palavras-chave: Linguagem Caipira. Meio ambiente. Identidade.

1. Constituição histórica do *caipira*

Nesse trabalho analisaremos a musica *nois é jeca mais é jóia* composta por Juraildes da cruz, cantor nascido em Aurora do norte em 23 de novembro de 1954, na época estado de Goiás e hoje Tocantins. Aprendeu a tocar violão primeiramente com seu vizinho e depois estudou violão clássico na cidade de Goiânia. Participou de vários festivais da musica brasileira sempre representando a denominada musica sertaneja, a qual devida sua diversificação em variadas modalidades se tornou necessário redefinir a musica de Juraildes como sertaneja de raiz.

Em uma primeira leitura da letra da musica já fica evidente a sobreposição dos vocábulos *caipira* e *jeca* como sinônimos, de forma que em cada verso da musica o autor inicia com a expressão *Andam falando qui nós é caipira* e os termina com a expressão que dá titulo a musica: *nóis é jeca mais é jóia*. Nessa construção do autor, tanto *caipira* quanto *jeca* são expressões atribuídas ao homem do campo pelo outro, pelo não do campo, pois a palavra *caipira* representa a fala daqueles que *andam falando*. Assim como na expressão *nóis é jeca mais é jóia*, o *jeca* é a fala do outro sobre o homem do campo e o *jóia* é a negação e subversão dessa fala do outro operada pelo sertanejo que tem orgulho das suas origens. Diante disso, o autor remonta na sua musica, seja consciente ou inconscientemente, a construção histórico-social da figura do caipira ou do jeca como a

¹⁷⁴ Universidade federal de Goiás, Goiânia, Goiás. E-mail: samjungmitos@gmail.com

caracterização do homem do campo.

Ao retomarmos essa construção histórica da figura do *caipira/jeca*, temos como marco histórico decisivo o artigo de *Monteiro Lobato em 1914* no jornal *o estado de São Paulo*, intitulado *velha praga*. Na qual o autor, fazendeiro interiorano de São Paulo, da cidade de Taubaté, atribui ao *caboclo* a culpa pelo atraso do Brasil e a não entrada do país na era moderna, caracterizando o trabalhador do campo como um sujeito preguiçoso e vagabundo e que, portanto, era o principal responsável pela pouca produtividade do Brasil (Park, 1998, p. 144). O artigo de Lobato veio bem ao encontro do que também pensava a elite brasileira a qual passou a apoiar e financiar as suas publicações. A figura do *jeca* generalizou-se no imaginário social como a caracterização do homem do campo, devida a sua grande divulgação por meio do *almanaque biotônico Fontoura*, concebido e ilustrado por Monteiro Lobato e que circulou pelo Brasil da década de 30 até a década de 70 (1998, p. 143).

A figura do *jeca* também se tornou o principal símbolo da política brasileira rumo ao progresso e modernização do país, pois representava o homem brasileiro que deveria deixar de existir para que surgisse o novo brasileiro. Essa política brasileira chamada pela história de *processo civilizatório* e por áreas ligadas a medicina e a biologia de *higienização racial*, tinham por lema saúde e educação e o objetivo de fato era de escancarar a diferença entre o *“burguês desodorizado”* e o *“povo infecto”*, a fim de exaltar o burguês desodorizado como o ideal do homem brasileiro cujo fim da educação brasileira seria reproduzi-lo (1998, p. 145). Para isso;

“Seria necessário tirar o cheiro da terra e dos excrementos que acompanha o habitante do campo, limpando e arejando suas residências, organizando os espaços, regularizando relações, abrindo caminho da casa do camponês até a casa do futuro operário” (1998, p. 145).

Nesse “processo civilizatório”, o homem do campo (*caipira/jeca*), assim como sua linguagem, passa a fazer parte da história de formação do povo brasileiro como aquele a ser aniquilado, um resíduo de tempos vergonhosos da história do Brasil que deve ser apagado. Sendo assim, as marcas desse homem do campo na língua brasileira também deverão ser apagadas, e, portanto, essa *linguagem caipira* será estigmatizada como sinônimo de ignorância e atraso.

2. Relação Povo – Língua – Território

Para um estudo Ecolinguístico, a teia de inter-relações mínima a ser mapeada pelo pesquisador é o que Couto (2007) denomina de *“Ecosystema Fundamental da Língua”*, definido também pelo autor como a rede de inter-relações e interdependência entre um determinado Povo, sua(s) Língua(s) e seu Território de forma que cada elemento dessa tríade é necessário e indispensável para a sobrevivência saudável de todo o Ecosystema (Couto, 2007, p. 89-91).

No entanto, apesar da Ecolinguística utilizar termos próprios da ecologia, tais como Ecosystema dentre outros, diferenciando-se assim de outros ramos da linguística, essa visão da Ecolinguística como uma heurística mais ampla pode não ser suficiente para diferenciá-la de outras disciplinas como a Sociolinguística e a Análise do Discurso, que a partir de abordagens menos herméticas também podem ser abrangentes. Pois todas essas disciplinas analisam o fenômeno linguístico observando as estruturas linguísticas e extralinguísticas que influenciam direta ou indiretamente na ocorrência de tal fenômeno.

Sendo assim, a diferença de um estudo Ecolinguístico de uma análise da Sociolinguística ou da Análise do Discurso, que do ponto de vista desse pesquisador também procuram ver as relações em que o corpus de análise está inserido, é que a Ecolinguística não

postula escalas hierárquicas entre os elementos dessa rede de relações em que o corpus se encontra, sendo todos os elementos desse ecossistema igualmente relevantes para a pesquisa.

Porém, devido às ênfases que as outras disciplinas têm dado as relações internas a própria língua e as relações sociais e culturais do povo dessa língua, a Ecolinguística é uma heurística diferenciada por sua ênfase nas relações que a língua e o povo constroem com o território. Enquanto nas outras disciplinas o território só entra na rede de relações recortada pelo pesquisador em casos muito específicos, nos quais não se existe outra maneira de se explicar o fenômeno analisado a não ser pelo fator territorial, na Ecolinguística esse elemento se torna essencial.

Diante disso, a ecolinguística não faz atribuição de valores, considerando uma variedade mais complexa do que outra ou mais simples, mas considera todas as variedades de uma língua nesse seu *ecossistema* de inter-relações, demonstrando a produtividade e relevância dessa *variedade-língua* em responder as demandas do *povo* em sua *adaptação interativa* com o seu *território*.

Sendo assim, a variedade *caipira* do português brasileiro é estigmatizada devido ao processo de formação da língua padrão, que como vimos no tópico anterior, foi conduzido em paralelo com uma ideologia civilizatória do Brasil na qual o caipira foi escolhido como o antagonista do progresso do país. E uma vez que o *povo* caipira foi estigmatizado, e um dos motivos de sua estigmatização foi a sua relação com a terra, seu *território*, que contrastava com o ideal do homem urbano a ser desenvolvido no processo civilizatório do Brasil, essa estigmatização também incidirá sobre sua *língua*, a linguagem *caipira*. Uma vez que esses três elementos são interdependentes e uma ação infligida sobre qualquer um deles ressoa nos outros dois.

Diante disso, veremos a grande importância dessa variedade do português brasileiro; primeiramente, é claro, devido ao seu uso produtivo e relevante para as comunidades linguísticas dessa variedade que já é argumento suficiente para demonstrar o valor de qualquer língua. E em segundo lugar, pensando especificamente no uso artístico dessa variedade, ou seja, a música sertaneja de raiz, essa variedade demonstra uma grande relevância cultural como um museu de práticas culturais dessas comunidades. Práticas essas que já estão se perdendo, devido ao processo crescente de urbanização da zona rural. E também a manutenção do acervo linguístico relativo à fauna e a flora próprias das zonas rurais.

3. A língua refletindo a sociedade e o território

A música *nóis é jeca mais é jóia* apela para o humor como uma forma de desconstrução de toda a carga pesada do preconceito que incide sobre o povo *caipira* e afirma a *identidade* do sertanejo por meio da reiteração de práticas sociais próprias dessa comunidade. Assim como a lembrança das coisas da terra, na qual o autor da música vai se referindo a vários elementos da fauna e da flora religando o seu ouvinte com o seu território de origem.

A música se estrutura argumentativamente num confronto de duas vozes, a voz do outro, o urbano que fala de maneira jocosa do homem do campo, que é sempre introduzida pela expressão *andam falando que nóis é caipira*. E voz do sertanejo, que afirma suas origens e valoriza sua identidade na expressão *nóis é jeca mais é jóia*.

Essa fala do *caipira* é demarcada no texto pelas referências ao *território* da zona rural, nos elementos da fauna, da flora e nas práticas sociais dessa comunidade. Como elemento da flora; o texto cita a *imbira*, um arbusto que de sua casca prepara-se fios resistentes dos quais se confecciona cordas. Por meio da referência ao *imbira*, o autor demonstra a riqueza dessa variedade linguística, pois ele nos traz o conhecimento desse

elemento da flora e nos mostra a ligação entre os elementos do meio ambiente e as práticas sociais da comunidade, pois é dito no texto que da corda do imbirá se confecciona cintos para o sertanejo amarrar suas calças. Assim como nos liga historicamente as raízes da formação do português brasileiro, pois a palavra *imbira* vem do tupi *ybyrá*.

Como elemento da fauna é citado a *Jiboia*, uma cobra encontrada quase em todo o território brasileiro. E que também demonstra a formação histórica do português brasileiro, uma vez que jiboia vem do tupi *y'bói*. O outro elemento da fauna referido na música é a *Traíra*, um peixe carnívoro de água doce, presente em quase todos os rios brasileiros, e que na música serve como expressão de uma das práticas mais comuns do povo *caipira* do Brasil, a pesca.

E como referência as práticas sociais das comunidades rurais, a música fala sobre a *catira*, expressão cultural típica das comunidades rurais e demarca uma característica bastante marcante das zonas rurais que é o prestígio das celebrações coletivas. Diferente do homem urbano, que se diverte com um pequeno grupo de amigos na balada, ou numa mesa de bar, sem geralmente conhecer as várias outras pessoas que circulam por esses ambientes, ou ainda indo a lugares como o cinema e o teatro, onde pode se inclusive ir sozinho, o sertanejo participa de uma vida comunitária

mais ampla. E essa vida comunitária é reforçada geralmente por meio das festas religiosas, nas quais geralmente acontecem eventos artísticos como a citada *catira* e apresentações de moda de viola, além é claro, de se ter muitas comidas típicas dessas festas e do meio rural.

O que podemos analisar por meio da letra dessa música é a demarcação de certa *identidade* do povo *caipira*. Sendo que podemos caracterizar essa identidade pelos elementos citados pela música e que do ponto de vista de seu autor é constitutivo desse homem do campo. Esses elementos são: em primeiro lugar, a ligação constitutiva desse povo com o seu meio ambiente físico, o seu *território*. Todas as citações do autor da música sobre elementos culturais desse povo, como vestuário e expressões artísticas, são constituídas inicialmente por elementos provenientes da flora ou da fauna da zona rural, demonstrando que a relação desse povo com o seu ambiente físico é mais direta, e ao contrário do homem urbano, é a relação desse homem com a natureza que propicia uma cultura, e não a cultura desse homem que media sua relação com a natureza.

Em segundo lugar, há uma relação do povo sertanejo com suas origens que é preservado pelo arcabouço linguístico desse povo. Conforme afirma Darcy Ribeiro (1995, p. 368-370), o Brasil caipira foi formado historicamente pelos bandeirantes que já cansados das suas andanças pelo Brasil se assentaram e viraram agricultores ou criadores de gado, e traziam consigo um contingente de índios cativos que se tornaram empregados de fazendas. Nesse ambiente, o chefe bandeirante que já era um mestiço de pai europeu e mãe índia ou negra, permitia a perpetuação da mestiçagem principalmente entre brancos e índios, e aos poucos essa mestiçagem também vai se estendendo aos negros. Portanto, os índios são parte essencial das origens do povo *caipira*, e essa origem indígena do sertanejo pode ser observada principalmente pelos nomes dados aos elementos da fauna e da flora do ambiente rural e que são preservados, e permanecem em uso, pela variedade estigmatizada do português brasileiro; a linguagem *caipira*.

Em terceiro lugar, outra característica que marca a *identidade* do homem do campo é seu apeço pela vida em comunidade. Essa característica é consequência do processo de formação do Brasil *caipira*, cujo nascimento deve-se a um acordo cooperativo entre os bandeirantes mestiços e os índios cativos, sendo é claro que não se exclui o caráter muitas vezes exploratório dessa convivência, e funda esse caráter gregário do povo *caipira*. Característica essa que foi sendo perpetuada pelas práticas culturais das comunidades rurais, ligadas principalmente as festas religiosas e se tornaram expressões culturais típicas do povo caipira como a *catira*.

4. Identidades regionais versus identidade nacional

Segundo Homi K Bhabha, “o povo não é nem o principio nem o fim da narrativa nacional; ele representa o tênue limite entre os poderes totalizadores do social como comunidade homogênea, consensual, e as forças que significam a interpelação mais específica a interesses e identidades contenciosos, desiguais, no interior de uma população” (1998, p. 207).

Sendo assim, o estado-nação é um lugar da ambivalência na qual “varias formas de vida lutam para serem representadas” (IBID, p208). Diante disso, a partir dessa perspectiva, entendemos o estado-nação como um conglomerado de comunidades regionais e a negação discursiva das diferenças entre elas. Em que a identidade nacional é apenas um simulacro (uma narrativa construída historicamente e que assume o lugar do real), e as identidades reais de uma nação são as suas várias identidades regionais.

Portanto, a linguagem *caipira* é a expressão e a afirmação de uma das identidades constitutivas do povo brasileiro. E que pelo menos em extensão territorial recoberta é a maior identidade brasileira. Diante disso, estigmatizar a *linguagem caipira*, assim como o *povo caipira*, e assumir essa ideologia construída historicamente no chamado “processo civilizatório” brasileiro, é lutar contra a própria identidade brasileira em uma das suas facetas. E também é exercer preconceito contra a maior dessas facetas da identidade brasileira, uma vez que o “Brasil caipira” foi formado no caminho dos bandeirantes pela vastidão do Brasil ao se acomodarem nos lugares nos quais eles deveriam apenas passar. Por causa disso, se formaram os estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Tocantins, Pará, além de todo o sul, que deve as suas peculiaridades ao movimento posterior dos imigrantes estrangeiros, mas que na sua origem também foi formado pelas bandeiras (1995, p. 368-370). Ou seja, pela formação histórica do Brasil, apenas o litoral no qual os portugueses se fixaram inicialmente, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, todo o restante do Brasil deve ser incluído no denominado *Brasil caipira*. Portanto, rejeitar essa *identidade caipira* do povo brasileiro, é rejeitar o próprio povo brasileiro em sua grande maioria.

5. Considerações finais

Analisamos a musica *nóis é jeca mais é jóia*, de Juraildes da Cruz, a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos da Ecolinguística, a fim de argumentar e demonstrar a insensatez do preconceito linguístico e a estigmatização de variantes de menos prestígio do português brasileiro, nesse caso a variante da *linguagem caipira*. A partir desse referencial teórico demonstramos a funcionalidade e a relevância da variante do português caipira na rede de inter-relações e interdependências entre *povo, língua e território*, rede essa denominada na Ecolinguística como Ecossistema Fundamental da Língua.

A partir dessa análise, constatamos, além da funcionalidade e eficiência dessa linguagem para a sua comunidade de fala, o que por si só já justifica a relevância de qualquer língua, o caráter de acervo cultural das raízes de formação do português brasileiro da *linguagem caipira*. Isso se dá devido a grande manutenção e utilização de vocábulos de origem indígena presente nessa variante.

Sendo assim, essa pesquisa se alinha a postura filosófica e política da Ecolinguística, na qual o princípio norteador para a análise de variantes e variações em uma língua e a *diversidade*. Cujas respostas exigidas do analista é sempre a da aceitação da diferença e da diversidade. Dessa forma, as variações na fala do povo brasileiro da zona rural jamais serão consideradas *erros de português*, mas sim mais uma das inúmeras variáveis possíveis para se expressar em uma língua (Couto, 2007, p. 347).

Referências Bibliográficas

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte. Editora UFMG. 1998.

COUTO, Hildo Honório do. *Ecolinguística; estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília. Thesaurus. 2007.

PARK, Margareth Brandini. De jeca tatu a Zé Brasil: a possível cura da raça brasileira. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Outubro. 143 – 150. 1999.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo. Companhia das Letras. 1995.

Anexo

Letra da musica analisada:

Nóis é Jeca Mais é Jóia

Xangai (compositor: Juraildes da cruz)

Se farinha fosse americana
mandioca importada banquete
de bacana
era farinhada

Andam falando qui nóis é caipira qui a
nossa onda é montar a cavalo
qui a nossa calça é amarrada com **imbira**
qui a nossa valsa é briga de galo
Andam falando que nóis é butina
mais nóis num gosta de tramóia nóis
gosta é das menina
nóis é jéca mais é jóia
mais nóis num gosta de jibóia nóis
gosta é das menina
nóis é jéca mais é jóia

Se farinha fosse...

Andam falando qui nóis é caipira
qui nóis tem cara de milho de pipoca qui
o nosso roque é dançar **catira**
qui nossa flauta é feita de **tabóca**
nóis gosta de pescar **traíra**
ver as bichinha gemendo na vara nóis num gosta de mentira
nóis tem vergonha na cara
ver as bichinha chorando na vara nóis
num gosta de mentira

nóis tem vergonha na cara

Se farinha fosse...

Andam falando que nóis é caipora **qui**
nóis tem qui aprender ingrês qui nóis
tem qui fazê xuxéxu fóra deixe de
bestáge

nóis nem sabe o portuguêis

nóis somo é caipira pop

nóis entra na chuva e nem móia meu

ailóviú

nóis é jéca mais é jóia

Tiro bicho de pé com canivete mais

já tô na internet

nóis é jéca mais é joia

VARIAÇÃO FONOLÓGICA DO PORTUGUÊS POPULAR: UM ESTUDO NA COMUNIDADE TRADICIONAL DE TEJUCUPAPO

Paula Mendes COSTA (UFPE)¹⁷⁵
Stella TELLES (UFPE/CNPq)¹⁷⁶

Resumo: Pode-se dizer que é importante e urgente a tarefa de documentar a fala de comunidades do interior do Brasil, formadas historicamente em localidades distantes dos núcleos urbanos aos quais pertencem, como forma de se registrar o rico mosaico linguístico que constitui a memória sociolinguística do País. O presente trabalho objetiva, então, avaliar as diferenças e as semelhanças fonético-fonológicas encontradas nas falas de dois informantes da zona rural de Pernambuco, especificamente da cidade de Tejucupapo, distrito do município de Goiana, levando em consideração, para isso, reflexões de cunho sociolinguístico e ecolinguístico.

Palavras-chave: Variação. Português popular. Fonologia. Ecolinguística.

1. Introdução

No que concerne ao estado das variedades do português encontradas em comunidades rurais e seu processo de mudança, salienta-se o fato de elas poderem estar perdendo rapidamente características peculiares, historicamente definidas, antes mesmo de serem devidamente documentadas e estudadas. Tal processo de mudança tem se mostrado acelerado, principalmente, a partir da segunda metade do século XX, com o impulso dos movimentos migratórios. Sendo assim, pode-se considerar que uma comunidade de fala do interior, tradicionalmente estabelecida na zona rural, que é provavelmente menos afetada pelas interferências externas dos grandes centros urbanos, apresente mais variações linguísticas típicas de falares populares do português.

Nessa perspectiva, com este trabalho, pretende-se salientar a relevância e a urgência da tarefa de documentar a fala de comunidades do interior do Brasil, formadas historicamente em localidades distantes dos núcleos urbanos aos quais pertencem, como forma de se registrar o rico mosaico linguístico que constitui a memória sociolinguística do País. Para tal, objetivou-se avaliar as diferenças e as semelhanças fonético-fonológicas encontradas nas falas de dois informantes da zona rural de Pernambuco, especificamente da cidade de Tejucupapo, distrito do município de Goiana, levando em consideração, para isso, reflexões de cunho sociolinguístico e ecolinguístico.

Para este trabalho, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos: transcrição fonética dos dados recolhidos em campo (2012), verificação das diferenças e semelhanças fonético-fonológicas encontradas nas falas dos dois informantes, identificação e classificação dos fenômenos fonológicos nas falas individuais, observação da realidade sociocultural dos informantes, análise e cruzamento dos dados linguísticos e extralinguísticos. No que diz respeito à variação fonológica, partindo-se de uma orientação teórico-metodológica pautada na Fonologia Moderna, foram contemplados os fenômenos que ocorrem em nível segmental, tais como apagamento de coda, epêntese e metátese. É importante salientar, ainda, que este trabalho se respalda na sociolinguística variacionista (LABOV, 1966; 1972; 1995; 2001) e busca correlacionar seus resultados com os pressupostos

¹⁷⁵ Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Recife, Brasil. E-mail: paulamc06@gmail.com.

¹⁷⁶ Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Recife, Brasil. E-mail: stellatelles@hotmail.com.

integrativos da ecolinguística (HAUGEN, 1972; COUTO, 2009), que considera fatores ambientais e individuais como participantes da realidade linguística.

2. O estudo desenvolvido

O estudo que ora é exposto faz parte de um projeto maior intitulado *Variação Fonológica do Português Brasileiro: a fala da zona rural* (CNPq) e, para a sua realização, foram utilizados dados recolhidos *in loco* em 2012 pelos pesquisadores envolvidos no projeto¹⁷⁷. Assim, para o presente trabalho, realizou-se um recorte do projeto acima referido a fim de se desenvolver um estudo de caso. Associaram-se à perspectiva da Sociolinguística as restrições ambientais contempladas na abordagem da Ecolinguística.

No que concerne à escolha dos informantes, pode-se dizer que não ocorreu de maneira aleatória; optou-se por uma dupla de jovens irmãos que habitam em um mesmo ambiente familiar, pertencentes a uma mesma faixa etária, mas que apresentam diferenças significativas no grau de escolaridade, na medida em que um deles é analfabeto e o outro se encontra no oitavo ano do ensino fundamental.

Os dados analisados e comparados entre si possibilitaram a identificação de idiosincrasias fonéticas presentes nas variedades dos informantes, passíveis de estabelecerem níveis de gradiência relacionados aos aspectos/fenômenos variáveis encontrados. Nesse sentido, verificaram-se as covariáveis *nível de escolarização dos indivíduos* e suas *vivências/experiências em contextos socioculturais distintos*, fora do ambiente familiar que compartilham, como fatores relevantes para explicar a ocorrência de fenômenos fonológicos em suas produções de fala e identificar quais desses fenômenos particularizam a fala de ambos como um português popular, diferenciando-se nas produções individuais.

Assim, os informantes 1 e 2 são irmãos e moram na mesma residência, a qual dividem com mais 7 pessoas. A informante 1 é do sexo feminino, estudante, possui 13 anos e sempre morou em Tejucupapo. Está atualmente no 8º ano do Ensino Fundamental, vai à escola, realiza curso de informática na sede do Município (Goiana-PE), participa dos eventos sociais da comunidade, frequenta a igreja e mantém relacionamento e contato com indivíduos de outras variedades da língua. O informante 2, por sua vez, é do sexo masculino, possui 18 anos e sempre morou em Tejucupapo, exceto em 2011, quando permaneceu em Itamaracá durante 4 meses. Ele é analfabeto, embora tenha frequentado a escola até o 3º ano do Ensino Fundamental, pescador de manguezal (sobrevive da pesca de moluscos e crustáceos no mangue) e relaciona-se com amigos que realizam a mesma atividade e com familiares, mas não participa de outros núcleos sociais, limitando-se às vivências do próprio ambiente familiar e de trabalho.

3. Variação fonológica e fenômenos fonológicos observados

Nesse estudo, os processos fonológicos observados foram classificados seguindo a ordem: (1) Processos fonológicos de apagamento; (2) Processos fonológicos de adição; (3) Processos fonológicos de transposição; (4) Processos fonológicos de substituição. É importante salientar que também foram observados aspectos de natureza sintática e morfológica (em contraponto com a fonologia), como a *concordância* (sufixo de plural) e a *formação do gerúndio* (sufixo de gerúndio).

Assim, a tabela que segue corresponde a uma sistematização dos processos fonológicos observados nas falas dos informantes. Além disso, é importante salientar que, no

¹⁷⁷ Pesquisadores envolvidos: UFPB: Dermeval da Hora – Coord., Juliene Pedrosa, Rubens Lucena, Ana Carla Vogeley; UFPE: Stella Telles; Vrije Universiteit Amsterdam: Leo Wetzels.

que se refere aos dados transcritos, aqueles que aparecem destacados em negrito dizem respeito a produções mais próximas de(s) variedade(s) do português culto¹⁷⁸ (e, portanto, passíveis de serem encontradas na(s) mesma(s)), ao passo que os enunciados que não aparecem destacados se aproximariam mais de variedades do português popular.

(1) PROCESSOS FONOLÓGICOS DE APAGAMENTO DE MATERIAL SEGMENTAL			
Informante 1		Informante 2	
1. Aférese			
Diploma	[ĩ'plõma]	Insônia	['sõnja]
2. Síncope			
Orquídea	[õ'kidja]	Prédio	['pedjo]
Aniversário	[anive'sarjo]	Apontando pro olho dele	[apõ'tãõpu'oʎo'delh]
Garfo	['gafõ]	Cerveja	[se'veza]
Lagartixa	[laga'tifa]	Garçom	[ga'sõ]
Colmeia	[kõ'mea]	Quatro	['kwato]
		Pegar o desvio	[pẽ'gaudi'vio]
		Outubro	[ow'tubõ]
		Mesmo	['memõ]
		Perto da trincheira	['petodatĩ'jera]
		Palavra bonita	[pa'lavabu'nita]
		Palito de fósforo	[pa'litõdi'fõ'fõ]
		Xícara	['jika]
2.1 Síncope: Monotongação			
Roupa	['hopa]	Cisne	['siñm]
		Armário	[aĩ'marõ]
		Soldado	[so'dadõ]
		Dona Rosário	['dõnañu'zarõ]
		Outro jeito	['otõ'zejtõ]
		A gente solta	[a'hẽti'sõta]
		Perto da trincheira	['petodatĩ'jera]
		Trapézio	[tra'pezõ]
		Ambulância	[ãbu'lãsa]
2.2. Síncope da consoante nasal e assimilação do traço nasal pela(s) vogal(is)			
Banheiro	[bã'ẽjru]	Banheiro	[bã'e:ro]
Lenha	['lãa]	Lenha	['lẽ:a]
		Dinheiro	[dĩ'ẽro]

¹⁷⁸ Tendo-se como parâmetro para tal a(s) variedade(s) do português culto urbano recifense.

		Mercadinho	[mɛhka'dĩõ]
		Os três porquinhos	[uʃˆtrejʃpoh'kiõ]
3. Apócope			
Para	['pa]	Para	['pa]
Cuscuz	[kuʃˆkuj]	Lápis de cor	['lapɨ'di'ko]
		Cuscuz	[kuʃˆkuj]
		Dois	['doj]
		Dois vezes dois	['dojʃˆvezez'doj]
		Dois mais dois é igual a quatro	['dojʃˆmajh'doj'ɛĩ'g ^w a wa'k ^w ato]
		Luz	['luj]
		Feliz, alegre	[fe'li:a'legɾɨ]
		Depois a Samu veio	[de'pojasa'mu'vej]
		Vontade de não estudar mais	[võ'tadidi'nũjʃto'da'maj]
		Português	[põhtu'gej]
		Flor	['fro]
		Eu fiz	['ew'fi]
		Faz	['faj]
		Levo para beber mais o menino	['levopabe'be'majumi'ninõ]
		Dentro da vasilha	['dêdava'ziʎa]
		O filho	[u'fi:]
(2) PROCESSOS FONOLÓGICOS DE ADIÇÃO			
Informante 1		Informante 2	
1. Prótese			
		Edifício	[pedi'fisjõ]
2. Epêntese			
Hóstia	['õʃtrja]	Hóstia	['õʃtra]
Urtiga	[uh'triga]	Igual *	[ĩ'g ^w aw]
3. Ditongação			
Faz tempo	['faj'tẽpõ]	Cuscuz	[kuʃˆkuj]
Pomba da paz	['põbadi'pajʃ]	Forno	['fohɲõ]
		Cruz	['krujʃ]
		Luz	['luj]
		Paz	['pajʃ]
		Dois	['doj]
		Por trás	[pu'traj]
		Quatro meses	['kwato'mej]

	Faz	['faj]	
(3) PROCESSOS FONOLÓGICOS DE TRANSPOSIÇÃO			
Informante 1		Informante 2	
1. Metátese			
Lagartixa	[lahga'tifa]	Lagartixa	[lahga'tifa]
No rádio	[nu'hajdʊ]	Orquídea	[hʊ'kidja]
Colchete	[kro'ʃeti]	Estátua	[i' tawta]
		Urtiga	[u'triga]
(4) PROCESSOS FONOLÓGICOS DE SUBSTITUIÇÃO/ALTERAÇÃO			
Informante 1		Informante 2	
1. Assimilação: Palatalização do [l]			
Dália	['daʎa]	Família	[fã'miʎa]
2. Assimilação: Palatalização			
Pista	['piʃta]	Espada	[i' pada]
Cuspe	['kuʃpi]	Cuspe	['kuʃpi]
		Festa	['fɛʃta]
		Feliz	[fe'liʃ]
		Forno	['foɦɲɔ]
		Dois mais dois é igual a quatro	['dojʃ'majɦ'doj'ei'gwawa'kwato]
3. Sonorização			
Esmola	[eʒ'mɔla]	Três horas	['trej'zɔra]
Minhas irmãs tão assim brincando	['mĩɦazih'mã'tãwã'sĩbrĩ'kãɦɔ]		
4. Não metafonía (relativamente à produção da variante urbana recifense)			
Porcos	['pohkɔʃ]		
5. Abaixamento da vogal			
Goiãna	[gɔj'ãna]	Borboleta	[bɔɦbu'leta]
Feliz	[fe'liʃ]		
Observação: há uma tendência a manter a vogal média fechada:			
Espelho	[eʃ'peɦɔ]		
Joelho	[ʒo'eɦɔ]		
Tejucupapo	[teʒuku'papɔ]		
6. Rotacismo			
	Velório	[ve'roɦɔ]	

		Calendário	[karẽ' dar'ɔ]
		Colorau	[kɔɔ' raw]
		Flor	['fro]
7. Laringalização da fricativa alveolar em coda			
		Esmola	[ih' mɔla]
		Cisne	['sifni]
		Bisneto	[bih' neto]
		Esgoto	[ih' goto]
		Dois mais dois é igual a quatro	['doj' majh' doj' eĩ' gwawa' kwato]
		Já tava já de tardezinha	[ha' tafa' zaditañidi' zĩ'a]
		A gente	[a' fiẽti]
		Hospital onde eu tava	[ɔʃpi' taw' õdi' ew' t aña]
		A gente solta	[a' fiẽti' sɔta]
		Mesmo	['mefmɔ]
8. Africativização			
		Outro jeito	['otɔzej' tʃɔ]
9. Vocalização			
		Garfo	['gawfɔ]
Zarolho	[za' roj]	Zarolho	[za' roj]
		Trabalhar na praça	[trabaj' ana' prasa]
OUTROS ASPECTOS OBSERVADOS (SINTÁTICOS E MORFOLÓGICOS)			
Informante 1		Informante 2	
1. Ausência de concordância (morfema de plural)			
Três porquinhos	['trejʃpoh' kĩɲɔ] depois ['trejʃpoh' kĩɲɔʃ]	Cinco touros	['sĩkɔ' torɔ]
Essas coisas	['esaʃ' kojza]	Os três porquinhos	[uʃ' trejʃpoh' kĩɔ]
Minhas irmãs tão assim brincando	['mĩɲazih' mã' tâwã' sĩbrĩ' kãɲɔ]	Quatro meses	['kwatu' mej]
		Duas crianças	['duaʃkri' ãsa]
		Oito reais	['oʃtuɦe' aw]
		Os canais	[uʃkã' naw]
		Três horas	['trej' zɔra]
2. Redução do gerúndio: NDO - NO			
Brincando	[brĩ' kãɲɔ]	Cuspindo	[kuf' pĩɲɔ]
Conversando	[kõve' sãɲɔ]	Apontando pro olho dele	[apõ' tãɲɔpu' oʃɔ' delɔ]

Minhas irmãs tão assim brincando	['mĩpazih 'mã 'tãwã 'sĩbr ĩ 'kãno]	Pescando	[pɛf' kãno]
		Sorrindo	[so' fĩno]

Desse modo, enquanto falantes de uma variedade popular da língua, os dois informantes apresentam fenômenos que não são atestados na fala culta da capital do Estado, a cidade do Recife. Entretanto, como se observa nos dados acima, no que concerne à Informante 1, a maior parte dos processos encontrados na sua fala corresponde a fenômenos variáveis da língua, sendo alguns deles menos condicionados por fatores sociais, tais como a redução do gerúndio, a palatalização da fricativa alveolar em coda e a ditongação antes da fricativa final. Por outro lado, com relação aos processos identificados na fala do Informante 2, observa-se que se tratam de fenômenos mais marcados e típicos de variedade popular.

Esse fato sinaliza que a fala da Informante 1 se aproxima mais da produção de fala considerada culta e indica que há uma diferença significativa entre as falas dos dois informantes, os quais apresentariam, em tese, uma mesma variedade social da língua. Com isso, evidencia-se também que esses processos devem ser mapeados num contínuo da variação fonológica, em que as variedades não podem ser estabelecidas como realidades discretas.

4. Algumas reflexões finais

O exame dos dados evidencia que, apesar de os dois indivíduos serem de uma mesma geração, pertencerem ao mesmo núcleo familiar e teoricamente serem falantes de uma mesma variedade popular da língua portuguesa, há fenômenos variáveis particulares na fala dos informantes que apresentam diferentes graus de distanciamento com relação à variedade culta da língua. Como se observa, a situação sociolinguística dos indivíduos da pesquisa é semelhante, porém a sua performance e o seu conhecimento enciclopédico da língua são marcadamente distintos. Assim, avalia-se que os perfis psicológicos dos sujeitos e a sua interação (e, por conseguinte, a da língua) com o meio ambiente, sendo essa última a direção apontada pela perspectiva da Ecologia da Língua e da Ecolinguística (HAUGEN, 1972; COUTO, 2009, entre outros), compreendem um ecossistema mais largo do que as restrições sociais contempladas na perspectiva da Sociolinguística.

Desse modo, como fatores relacionados ao fato observado, podem-se citar: nível de escolarização distinta dos indivíduos, participação diferenciada em redes sociais, tipos de vivências distintas com relação ao ambiente, ao contexto imediato e ao acesso a mídias e diferença nos perfis psicológicos aparentes (introversão x disposição e curiosidade diante de nossas situações). A tabela que segue procura evidenciar, então, a disposição dos fatores supracitados (entre outros) tendo em vista os informantes 1 e 2, apresentando, para tal, uma *avaliação de gradiência* dos aspectos mencionados:

AVALIAÇÃO DE GRADIÊNCIA	Informante 1	Informante 2
Contato com outras variedades da língua	+	-
Integração social	+	-
Aparente satisfação com seu universo de vivencia	-	+
Motivação a novas experiências	+	-

Interação com a realidade sociocultural e política do entorno	+	-
Introversão	-	+
Grau de elaboração do discurso	+	-
Conhecimento lexical e enciclopédico da língua	+	-

Dessa forma, com essas implicações, entende-se que aspectos interdependentes, tais como contato dialetal, perfil psicológico do sujeito, tipo de experiência biossocial, grau de integração social, vivência intersocial e competência comunicativa podem contribuir para o estudo da língua em uso, e esses fatores, conjugados, podem ser referidos sob a ótica da Ecolinguística. Nesse sentido, pode-se considerar que muitos dos fenômenos da variação linguística são mais acuradamente tratados e explicados no largo processo de descrição e análise integrada dos diversos subsistemas de uma dada língua.

Referências Bibliográficas

BISOL, Leda (Org.). *Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro*. 3.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

COUTO, Hildo Honório. *Linguística, ecologia e ecolinguística: contato de línguas*. São Paulo: Contexto, 2009.

HAUGEN, Einar. The Ecology of Language. In: *The ecology of language*. Stanford: Stanford University Press, 1972, pp.325-39. (também em FILL; MÜHLHÄUSLER (eds.), 2001, pp. 57-66).

LABOV, William. *The Social Stratification of English in New York City*. Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics, 1966.

_____. *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: U. of Pennsylvania Press, 1972.

_____. *Principles of linguistic Change: Internal Factors*. Vol.1. Oxford: Basil Blackwell, 1995.

_____. *Principles of linguistic change: Social Factors*. Vol.2. Oxford: Blackwell, 2001.

LASS, R. *Phonology: An Introduction to basic concepts*. Cambridge: Cambridge University, 1984.

SPENCER, A. *Phonology*. Oxford: Blackwell Publishers, 1986.